



Investigador

SIMULADOS PC-MG

AMOSTRA GRATUITA

Q2

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

APRESENTAÇÃO

Fala, Futuro(a) **Investigador da PC-MG**, tudo bem?

Seja bem-vindo ao nosso **SIMULADO GRATUITO** pós-edital focado na banca **FGV** para o concurso da **Polícia Civil de Minas Gerais (Investigador)**. Esse simulado é uma pequena amostra em relação ao nosso pacote completo!

VEJA ABAIXO COMO FUNCIONA NOSSO PACOTE DE SIMULADOS:

No total serão **6 simulados** com questões de **ALTA RELEVÂNCIA** que poderão cair na sua prova. Os simulados vão envolver todas as matérias cobradas no **EDITAL** da banca **FGV**.

PONTOS IMPORTANTES DO PACOTE DE SIMULADOS:

- Cada simulado terá **70 questões** e o **comentário com gabarito** de cada questão fica disponível após finalizar o simulado!
- Os **6 simulados** serão Liberados de imediato!
- O acesso do pacote completo com **6 simulados** é enviado pelo **E-mail** através da nossa **plataforma eduzz!**

Bons estudos e aproveite bastante o seu material! **Temos certeza de que será uma ferramenta de grande efetividade!**

Vamos Quebrar tudo!

Equipe **Quebrando Questões**.

Língua Portuguesa

01) Assinale a frase em que a preposição até mostra valor semântico diferente dos demais.

- A) Um homem apaixonado é incompleto até que se case.
B) Aos quinze anos, há até certa graça em ameaçar muito e não executar nada.
C) Estou por tudo o que ela quiser; mamãe sabe que eu faço tudo o que ela manda; estou pronto a ser o que for do seu agrado, até cocheiro de ônibus.
D) Podemos ir juntos; veremos as terras estrangeiras, ouviremos inglês, francês, italiano, espanhol, russo e até sueco.
E) — Mas tu gostavas tanto de ser padre, disse ela; não te lembras que até pedias para ir ver sair os seminaristas de São José, com as suas batinas?

02) Assinale a opção em que o termo sublinhado funciona como adjunto adnominal (preposição nocional) e não complemento nominal (preposição gramatical).

- A) O controle da natalidade é algo que não se pode conceber.
B) Progresso é a realização de utopias.
C) O caminho do progresso não é rápido nem fácil.
D) A construção do amor é lenta e prazerosa.
E) A física é a única ciência, o resto é coleção de borboletas.

03) Assinale a frase em que a preposição sublinhada tem valor nocional, ou seja, não é exigida por um termo anterior.

- A) Se chegar a perder a Terra, de nada servirá ao homem ganhar a Lua.
B) Gosto de mulheres jovens; suas histórias são menores.
C) A primeira ideia literária de toda mulher é sempre vingar-se de alguém.
D) Quando você tem uma grande esposa conte para todos – mas tenha certeza de contar para ela também.
E) Desconfiai de uma mulher distraída: é um lince que vos observa.

04) Nos verbos regulares as formas do infinitivo pessoal e do futuro do subjuntivo são idênticas; assinale a frase em que a forma sublinhada exemplifica o futuro do subjuntivo.

- A) Saber escolher o tempo é saber economizar tempo.
B) Os que empregam mal seu tempo são os primeiros a se queixar de sua brevidade.
C) Se chegar antes da hora, haverá tempo perdido.
D) Esperar é desmentir o futuro.
E) Há menos por descobrir do que por inventar.

05) Assinale a frase em que o vocábulo MAIS exemplifica a noção de quantidade.

- A) A muleta do tempo é mais trabalhadora que a rápida clava de Hércules.
B) Espere pelo mais sábio dos conselheiros: o tempo.
C) O tempo perdido não se encontra nunca mais.
D) Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra.
E) Como diz um amigo meu, antes tarde do que mais tarde.

06) Há alguns verbos na língua portuguesa – ter, fazer, dar e pôr - que são empregados em lugar de outros de significado mais preciso. Assinale a frase em que o verbo TER é substituído adequadamente por outro verbo de valor equivalente e mais específico.

- A) Recomendo-te que tenhas cuidado com os minutos, de vez que as horas cuidarão de si mesmas. / Recomendo que mostres cuidado com os minutos, de vez que as horas cuidarão de si mesmas.
B) Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra. / De quanto menos tempo se dispõe, mais tempo se encontra.
C) O tempo pode ter um parto difícil, mas não aborta nunca. / O tempo pode desfrutar de um parto difícil, mas não aborta nunca.
D) O mundo pertence a quem não tem hora fixa para as refeições. / O mundo pertence a quem não se regulamente para as refeições
E) À medida que tenho menos tempo para praticar as coisas, menos curiosidade tenho por aprendê-las. / À medida que tenho menos tempo para praticar as coisas, menos curiosidade ganho por aprendê-las.

07) Todas as frases abaixo permitem a inferência de um momento cronológico; assinale a frase em que esse momento indicado está inadequado à frase.

- A) As portas e as janelas das casas, nesta época do ano, ficam quase sempre fechadas. / Inverno.
B) As lojas do shopping estão cheias de chocolate. / Páscoa.
C) As fantasias tradicionais voltaram a aparecer nas vitrines / Carnaval.
D) Há muitas folhas mortas sobre a grama. / Primavera.
E) O atleta treina pela manhã bem cedo, antes que o dia fique quente. / Verão.

08) Observe o seguinte texto:

“Dizer as coisas como elas realmente são ou como realmente acontecerem pode tornar-se incômodo. A verdade implica uma correlação entre o que se diz e o que sente ou pensa. Definir a verdade é simples, pô-la em prática é difícil, tanto que costumamos fazer uso das ‘mentiras piedosas’ quando não se quer ofender alguém com a verdade.

Entretanto, a verdade não é só uma questão pessoal, mas também social. Isso se evidencia claramente no plano político onde a verdade parece algumas vezes estar ausente. Um velho ditado romano dizia que 'a esposa de César não só deve ser virtuosa, como também parecer sê-lo'.

O que defende o autor desse texto é que

- A) a verdade costuma ser incômoda para o que a declara.
- B) a verdade é uma questão mágica, com exceção do plano político.
- C) é fácil praticar a verdade, pois se refere a dizer as coisas como elas realmente são.
- D) a verdade tem uma dimensão desconhecida que se manifesta no plano político.
- E) os romanos sabiam que na política a noção de verdade era impraticável.

09) Entre as frases abaixo assinale aquela que mostra a preposição DE no valor semântico diferente do de "matéria".

- A) Todas as especulações são cinza, meu amigo, mas a árvore de ouro da vida é eternamente verde.
- B) A cidade não é uma selva de concreto; é um zoológico humano.
- C) Somos estátuas de pedra, e corre por aí um intenso rumor de que alguns de nós vamos ganhar vida.
- D) O pavão de hoje é o espanador de amanhã.
- E) Nem só de pão de trigo vive o homem. Vive de pão e crédito.

10) Assinale a opção em que as duas palavras nela apresentadas recebem acento gráfico corretamente.

- A) récorde / tórax.
- B) recém / refém.
- C) gratuito / difícil.
- D) saúva / hífans.
- E) Nobél / grácil.

Raciocínio Lógico-Matemático

11) A amostra de idades a seguir foi obtida:

20 35 23 54 46 22 41 50 38 40 35 18 32 29
31 56 37

A mediana dessas idades é igual a

- A) 34
- B) 35
- C) 36
- D) 37
- E) 38

12) Na cidade de Belém o Bosque Rodrigues Alves tem a forma de um retângulo.



Em um mapa na escala 1:20.000 esse retângulo possui lados medindo 2,5cm e 1,6cm.

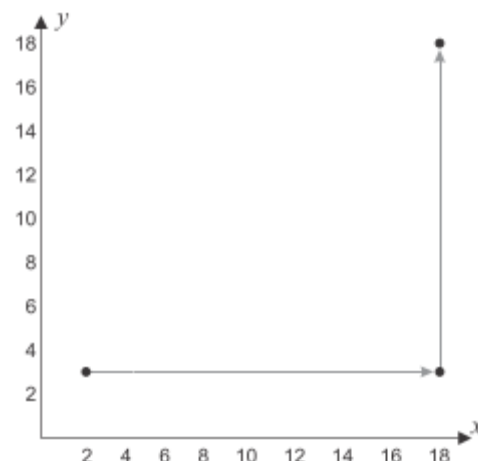
A área do Bosque em metros quadrados é

- A) 4.000.
- B) 16.000.
- C) 40.000.
- D) 160.000.
- E) 400.000.

13) Dois eventos A e B são independentes e têm probabilidades iguais a 0,3 e 0,7, respectivamente. Nesse caso, a probabilidade de que A ou B ocorra é igual a

- A) 0,50.
- B) 0,58.
- C) 0,79.
- D) 0,66.
- E) 1,00.

14) Uma partícula está imóvel sobre o ponto (2,3) no plano cartesiano quando começa a fazer deslocamentos sucessivos. O 1º desses deslocamentos é de 16 unidades de comprimento (u.c.) no sentido positivo do eixo x, o que faz com que a partícula vá para o ponto (18,3). O 2º movimento é de 15 u.c. no sentido positivo do eixo y, o que faz com que a partícula vá do ponto (18,3) para o ponto (18,18), conforme ilustrado na figura a seguir.



Os deslocamentos vão se sucedendo respeitando as seguintes regras:

I. o comprimento de cada deslocamento é 1 u.c. menor do que o do deslocamento imediatamente anterior, até que o comprimento seja nulo e a partícula pare;

II. o sentido de cada deslocamento faz 90° no sentido anti-horário com o sentido do deslocamento imediatamente anterior, isto é

($\rightarrow \uparrow \leftarrow \downarrow \rightarrow \uparrow \dots$)

A distância em linha reta entre o ponto inicial e o ponto final dessa sequência de movimentos é a raiz quadrada de

- A) 108.
- B) 113.
- C) 123.
- D) 128.
- E) 133.

15) Considere verdadeira a seguinte proposição:

“Todo matemático brasileiro conhece fractais”

Por consequência lógica, se Richard

- A) é brasileiro mas não é matemático, então não conhece fractais.
- B) é matemático mas não é brasileiro, então não conhece fractais.
- C) não é brasileiro e nem matemático, então não conhece fractais.
- D) não conhece fractais, então não é matemático e nem brasileiro.
- E) não conhece fractais, então não é matemático ou não é brasileiro.

16) Uma turma do terceiro ano do ensino médio possui 40 estudantes, dos quais 16 são meninas e 24 são meninos. Uma professora da turma realizou uma enquete para saber se seus estudantes preferiam disciplinas de ciências exatas ou de ciências humanas. Todos os estudantes da turma responderam à enquete indicando uma única dentre essas duas opções.

Do total de meninas da turma, $\frac{3}{8}$ disseram preferir ciências humanas e as demais afirmaram preferir ciências exatas. Já do total de meninos, $\frac{1}{4}$ responderam que preferem ciências exatas e os demais declararam preferência por ciências humanas.

Segundo essa enquete, assinale a fração do total de estudantes da turma preferem ciências exatas.

- A) $\frac{1}{2}$.
- B) $\frac{2}{5}$.
- C) $\frac{3}{5}$.
- D) $\frac{5}{8}$.
- E) $\frac{7}{8}$.

Informática

17) Em relação ao Windows 10, associe o atalho de teclado à respectiva ação.

- 1. Tecla Windows + L
- 2. Tecla Windows + M
- 3. Tecla Windows + R
- 4. Tecla Windows + S
- 5. Tecla Windows + T

- () Abre o menu de busca do sistema.
- () Bloqueia o PC.
- () Abre a caixa de diálogo Executar.
- () Alterna entre programas da Barra de Tarefas.
- () Minimiza todas as janelas abertas.

Assinale a opção que indica a associação correta, na ordem apresentada.

- A) 1 – 5 – 2 – 4 – 3
- B) 2 – 4 – 1 – 3 – 5
- C) 3 – 5 – 1 – 2 – 4
- D) 4 – 1 – 3 – 5 – 2
- E) 5 – 3 – 1 – 2 – 4

18) O Linux Ubuntu é um Sistema Operacional fácil de usar, instalar e configurar. Além do ambiente gráfico no Linux, existem 6 ambientes de linha de comando, conhecidos pelo nome de TTY (TeleTYpe) ou terminais virtuais.

Nesse contexto, estando no modo de linha de comando e desejando retornar ao modo gráfico, deve-se pressionar simultaneamente as teclas:

- A) Ctrl + Alt + F2;
- B) Ctrl + Alt + F3;
- C) Ctrl + Alt + F5;
- D) Ctrl + Alt + F6;
- E) Ctrl + Alt + F7.

19) A equipe de TI do TJAP configura um servidor DNS (Domain Name System) para gerenciar os registros originais dos sítios do Tribunal.

Esse servidor é do tipo:

- A) raiz;
- B) TLD;
- C) cache;
- D) autoritativo;
- E) resolvidor recursivo.

20) O navegador Google Chrome permite diversas opções de configuração para adaptar e customizar seu funcionamento para cada usuário. Considere as possíveis opções de configuração listadas a seguir:

- I. Remover dados de navegação;
- II. Bloquear o envio de pop-ups ou o uso de redirecionamentos;
- III. Alterar o tamanho da fonte

É opção presente no Google Chrome o que se apresenta em

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, apenas.
- E) I, II e III.

21) Um usuário do MS Excel 365 BR inseriu, nas células A1, A2 A3 e A4, respectivamente, os valores 10, -5, 20 e -8 e, na célula A5, inseriu a fórmula =SOMA(A1;A4).

Assim, é esperado que o resultado exibido na célula A5 seja igual a

- A) 2.
- B) 5.
- C) 17.
- D) 30.
- E) 43.

22) O componente da suíte de aplicativos de escritório Libre Office que tem por função a criação de planilhas de trabalho é o

- A) Base.
- B) Calc.
- C) Draw.
- D) Writer.
- E) Impress.

23) Um usuário recebeu o e-mail de um remetente desconhecido se passando por sua operadora de telefonia celular, com um anexo intitulado "Fatura_Mar_2024.pdf". Ao abrir o anexo, o computador do usuário é infectado com um tipo de malware que criptografa seus arquivos e exige um resgate em criptomoeda para desbloqueá-los. Nesse caso, o tipo de ataque de malware sofrido pelo usuário é conhecido como

- A) keylogger.
- B) DDoS.
- C) vírus.
- D) spyware.
- E) ransomware.

24) Arnaldo, servidor do Tribunal de Justiça, preocupado com a alta quantidade de ataques cibernéticos advindos da Internet noticiados na mídia, resolveu focar seus estudos tendo em mente o equipamento firewall como a melhor aposta para a proteção da segurança de borda da rede corporativa da instituição.

Arnaldo já está ciente de que os firewalls podem ser classificados em três categorias: filtros de pacotes tradicionais, filtros de estado e gateways de aplicação.

No entanto, para aquisição do novo equipamento, falta o servidor entender que as categorias de firewalls com estado caracterizam-se por ter:

- A) a incapacidade de detectar quando dados ilícitos estão sendo usados para se infiltrar na rede;

B) a capacidade de registrar, mas não de armazenar, aspectos importantes das conexões de rede;

C) a necessidade de que muitas portas estejam abertas para facilitar a comunicação sem intercorrências na conectividade;

D) a capacidade de registrar o comportamento dos ataques e, em seguida, usar essas informações para evitar tentativas futuras;

E) a incapacidade de aprender enquanto opera, o que não permite que ele tome decisões de proteção com base no que aconteceu no passado.

Lei Orgânica da PC-MG

25) Com base na Lei 5.406/69, sobre as causas e circunstâncias que influem no julgamento das transgressões disciplinares, é correto afirmar que:

A) A prática simultânea de duas ou mais transgressões disciplinares é considerada uma circunstância atenuante.

B) Ignorância plenamente comprovada, desde que não atente contra os sentimentos normais de patriotismo, humanidade e probidade, é uma causa justificativa que pode influir no julgamento de uma transgressão.

C) A confissão espontânea da falta perante a autoridade sindicante, de modo a facilitar a sua apuração, é considerada uma circunstância agravante.

D) O abuso de autoridade ou poder é uma circunstância que justifica a transgressão, isentando o transgressor de punição.

E) O bom comportamento anterior não é levado em consideração como circunstância atenuante no julgamento das transgressões disciplinares.

26) De acordo com a Lei 5.406/69, sobre os atos e termos processuais no processo administrativo, é correto afirmar que:

A) É assegurado ao funcionário o direito de ampla defesa, podendo, pessoalmente ou por procurador, acompanhar todos os atos processuais, indicar e inquirir testemunhas, requerer a juntada de documentos e vista dos autos.

B) A autoridade processante tem a obrigação de suprir "ex-officio" qualquer omissão do acusado na fase instrutória do processo.

C) O processo administrativo deve iniciar-se no prazo de cinco dias contados da data do ato que determinou sua instauração, conforme previsto na Lei 5.406/69.

D) Se o acusado se ocultar para evitar a citação, o processo administrativo será imediatamente suspenso até que seu paradeiro seja descoberto.

E) A citação do acusado será sempre feita por meio de edital, independentemente de seu paradeiro ser conhecido ou não.

27) De acordo com a Lei 5.406/69, sobre a revisão de processo administrativo, é correto afirmar que:

- A) A revisão será processada por uma Comissão Processante Permanente ou, a juízo do Secretário de Estado da Segurança Pública, por uma Comissão Especial, sendo impedido de participar quem integrou a comissão do processo original.
- B) O requerente tem o prazo de trinta dias para juntar as provas que tiver ou indicar as que pretende produzir, após a abertura da revisão.
- C) Ao concluir a instrução do processo de revisão, o requerente tem o prazo de cinco dias para apresentar suas alegações perante o secretário da comissão.
- D) O julgamento da revisão deve ocorrer no prazo de quinze dias após o encaminhamento do relatório fundamentado pela Comissão.
- E) Se a revisão for julgada procedente, a Administração pode optar por manter a pena aplicada originalmente, ainda que novas provas apontem para a inocência do punido.

28) De acordo com a Lei Complementar nº 129, de 08/11/2013, sobre as atribuições do Gabinete da Chefia e da Academia de Polícia Civil da PCMG, é correto afirmar que:

- A) O Gabinete da Chefia da PCMG é responsável pela seleção e recrutamento de novos servidores para a Polícia Civil de Minas Gerais.
- B) A Academia de Polícia Civil tem como uma de suas finalidades a articulação direta com órgãos públicos federais e estaduais para assegurar apoio técnico.
- C) O Gabinete da Chefia da PCMG é responsável por manter diálogo com os servidores da PCMG e estabelecer um canal de comunicação com representantes sindicais e associações de classe.
- D) A Academia de Polícia Civil não está envolvida na execução de pesquisas técnico-científicas, sendo essa função atribuída exclusivamente ao Instituto de Criminalística.
- E) A função do Gabinete da Chefia da PCMG é restrita à coordenação de atividades administrativas internas, sem envolvimento com a comunicação social ou o atendimento ao público.

29) De acordo com a Lei Complementar nº 129, de 08/11/2013, sobre as licenças para tratamento de saúde e por motivo de doença em pessoa da família, é correto afirmar que:

- A) O policial civil licenciado para tratamento de saúde pode dedicar-se a qualquer atividade remunerada, desde que não interfira em sua recuperação.
- B) A licença para tratamento de saúde pode ser concedida sem necessidade de avaliação médica, caso o policial civil apresente atestado médico particular.
- C) A licença por motivo de doença em pessoa da família é concedida por prazo máximo de sessenta dias, sem possibilidade de prorrogação.
- D) A licença por motivo de doença em pessoa da família pode ser prorrogada, sem remuneração, por

até cento e vinte dias, após o prazo inicial de noventa dias com vencimentos integrais.

- E) O policial civil acometido de doença grave será licenciado compulsoriamente, mas receberá apenas parte de sua remuneração durante o período de licença.

30) De acordo com a Lei Complementar nº 129, de 08/11/2013, sobre o estágio probatório do policial civil, é correto afirmar que:

- A) O estágio probatório tem duração de cinco anos, a partir da data da posse, e sua finalidade é a avaliação permanente da aptidão do policial civil para fins de promoção.
- B) A comissão de acompanhamento e avaliação especial de desempenho é composta exclusivamente por Delegados de Polícia da Academia de Polícia Civil.
- C) Durante o estágio probatório, serão avaliados critérios como idoneidade moral, conduta compatível com as atribuições do cargo, eficiência, pontualidade, assiduidade e comprometimento no desempenho de suas atribuições.
- D) A estabilidade do policial civil é declarada automaticamente após o término do estágio probatório, sem necessidade de parecer do Corregedor-Geral de Polícia Civil.
- E) O Conselho Superior da PCMG não tem competência para deliberar sobre a permanência na carreira e a estabilidade do policial civil durante o estágio probatório.

Direito Administrativo

31) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Administração Pública pode ser organizada de forma direta e indireta. A Administração Pública direta compreende os órgãos e entidades que integram a estrutura do Estado, como ministérios, secretarias e autarquias, que atuam de forma centralizada, sob a supervisão direta do governo. Já a Administração Pública indireta é constituída por entidades com personalidade jurídica própria, como empresas estatais, fundações públicas e empresas de economia mista, que operam de forma descentralizada, embora ainda estejam sujeitas ao controle do Estado.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a entidade da administração indireta que se caracteriza pelo serviço autônomo, criado por lei, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

- A) Autarquia.
- B) Empresa pública.
- C) Fundação pública.
- D) Sociedade de economia mista.
- E) Organização da Sociedade Civil.

32) De acordo com a Lei nº 8.429/1992, os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade administrativa que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se

- A) comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- B) comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão integralmente pelos danos ocorridos, independente de sua participação.
- C) o ato de improbidade foi realizado por um de seus subordinados, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- D) o ato de improbidade foi realizado por um de seus subordinados, caso em que responderão integralmente pelos danos ocorridos, independente de sua participação.
- E) o ato de improbidade relaciona-se a sua função e não foi prevenido por sua negligência, caso em que responderão integralmente pelos danos ocorridos, independente de sua participação.

33) O Governador do Estado Delta, insatisfeito com as decisões que vinham sendo tomadas por dois órgãos colegiados que atuavam na definição, implementação e avaliação de políticas públicas, cujas atribuições estavam delimitadas em lei e contavam com a participação da sociedade civil, fez editar um Decreto que extinguiu os aludidos órgãos, promovendo, assim, a exoneração dos agentes que neles atuavam.

Para o exercício de tais competências, o Chefe do Poder Executivo editou outro Decreto que criou, no lugar daqueles que foram extintos, um único órgão, cujos cargos deveriam ser ocupados por pessoas mais alinhadas com o seu plano de governo.

Sobre o ato do Governador, considerando os contornos do Poder Regulamentar na CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

- A) Promoveu o uso regular do Poder Regulamentar, enquanto instrumento do Poder Disciplinar, na medida em que os órgãos que integram a Administração Pública devem estar alinhados com o respectivo plano de governo.
- B) Extrapolou os limites do Poder Regulamentar, na medida em que a extinção de órgãos públicos, que tem suas atribuições definidas em lei, não poderia ser objeto de decreto.
- C) Atuou nos limites do Poder Regulamentar, pois os decretos em questão encontram fundamento na Constituição, que confere ao Chefe do Poder Executivo ampla autonomia para inovar no ordenamento jurídico em matéria de organização administrativa.
- D) Ultrapassou os limites do Poder Regulamentar, que confere ao Chefe do Executivo apenas a

possibilidade de editar decretos para a fiel execução da lei, notadamente porque não há nenhuma hipótese que admita a inovação no ordenamento jurídico por meio de Decreto com fundamento diretamente na Constituição.

E) Atuou no regular exercício do Poder Regulamentar, considerando que a Constituição assegura ao Chefe do Executivo a possibilidade de inovar no ordenamento jurídico por meio de decreto sobre os assuntos que sejam de interesse do respectivo Poder, para fins de implementar o plano de governo.

34) Após explicar em que consiste a imperatividade, Cláudia foi instada a exemplificar uma situação em que o ato administrativo não é dotado de tal atributo, mesmo que realizado em consonância com o ordenamento jurídico, à luz da juridicidade.

Diante dessa situação hipotética, Cláudia citou corretamente

- A) a aplicação de uma multa.
- B) o embargo de uma obra.
- C) a elaboração de parecer.
- D) a edição de um Decreto.
- E) a determinação de uma limitação administrativa.

35) Ao analisar as normas atinentes à delegação de serviços públicos, Epifânia verificou que, no advento do termo contratual, o Poder Concedente deve indenizar as concessionárias das parcelas de investimentos vinculados a bens afetados, que ainda não tiverem sido amortizados, para fins de assumir aqueles necessários para a continuidade da atividade. Tal situação é designada de

- A) reversão.
- B) caducidade.
- C) encampação.
- D) intervenção.
- E) rescisão.

36) Acerca das demandas que têm como objetivo a responsabilização civil do Estado e de seus agentes, à luz do disposto no Art. 37, § 6º, da CRFB/88, da doutrina e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- A) O aludido dispositivo consagra a teoria do risco integral, segundo a qual, o Estado deve ser responsabilizado objetivamente pelos prejuízos causados pelos seus agentes.
- B) A culpa concorrente da vítima não caracteriza excludente do nexo de causalidade, mas reflete-se no montante a ser fixado a título de indenização.
- C) Caso o Estado seja objetivamente responsabilizado pelos prejuízos ocasionados por seus agentes, não há prazo para o ressarcimento ao erário em sede de ação regressiva, que depende da comprovação do elemento culpa.
- D) Nas situações em que vítima opta por ajuizar a ação de responsabilidade civil em face do Estado e

do agente público, concomitante, há de ser verificado o elemento culpa para a caracterização do dever de indenizar.

Direito Constitucional

37) João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi corretamente informado a João que

A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.

B) as opções políticas das maiorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.

C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitrada por João.

D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.

E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitrado por João.

38) Em uma pequena cidade brasileira, foi praticada uma conduta de grande lesividade social, que rapidamente tomou o noticiário nacional. Para surpresa dos órgãos de segurança pública, essa conduta não era tipificada como crime, o que levou um Deputado Federal a iniciar estudos visando a aprovar uma lei que criminalize esse tipo de prática e ainda punisse o autor da referida conduta, tida como altamente abjeta.

Ao fim de suas reflexões, o Deputado Federal concluiu corretamente que a retroação da futura lei

A) somente seria permitida em relação à alteração da pena, quer para agravá-la, quer para atenuá-la, o que não seria o caso, já que a conduta não era penalmente tipificada.

B) somente poderia retroagir, quer para prejudicar, quer para beneficiar o autor do ilícito, se fosse aprovada pela maioria de dois terços dos membros do Poder Legislativo.

C) irá retroagir, salvo em relação às situações que já tenham sido julgadas, com sentença transitada em julgado.

D) não pode retroagir em hipótese alguma, quer para prejudicar, quer para beneficiar o autor do ilícito.

E) somente poderia retroagir para beneficiar o autor do ilícito, jamais para prejudicá-lo.

39) Em sede de análise de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, assinale a opção que apresenta, corretamente, um direito previsto na CRFB/88.

A) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

B) Irredutibilidade salarial, exceto por acordo individual entre empregado e empregador e homologação pelo Poder Judiciário.

C) Seguro-desemprego nos casos de ruptura do contrato de trabalho por quaisquer das causas previstas em lei.

D) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do trabalho, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

E) Participação nos lucros da empresa que deverá compor a remuneração para todos os efeitos.

40) O Estado Alfa editou a Lei nº X, em matéria de competência legislativa concorrente com a União, em momento no qual este ente federativo ainda não tinha editado nenhuma norma a respeito da temática. Apesar desse diploma normativo ter sido enaltecido pela coletividade, muitos argumentavam com a sua inconstitucionalidade.

À luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que o Estado Alfa

A) não poderia ter editado a Lei nº X enquanto a União não legisse sobre a temática.

B) somente poderia legislar sobre a temática se houvesse lei complementar autorizando-o.

C) editou corretamente a Lei nº X, e, caso colida com norma geral que venha a ser editada pela União, continuará válida, mas se tornará ineficaz.

D) tinha competência legislativa plena para legislar sobre a temática, sendo que a Lei nº X será tida como revogada quando sobrevier a lei da União.

E) pode legislar sobre a temática, sendo que a Lei nº X tem preeminência, no âmbito do seu território, em relação às normas gerais que venham a ser editadas pela União.

41) Durante mergulho realizado no lago XYZ, que banha os Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, João descobre a existência de recursos naturais de valor econômico elevado. Nesse contexto, os Governadores dos entes federativos supramencionados requerem que as respectivas Procuradorias Estaduais apresentem pareceres quanto à titularidade do lago propriamente dito.

Nesse contexto, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o lago XYZ pertence

A) ao Estado do Rio de Janeiro, ao Estado de São Paulo e ao Estado de Minas Gerais, proporcionalmente à área ocupada em cada ente federativo.

B) ao Estado do Rio de Janeiro, por estar a maior parte do espelho d'água do lago localizada no estado.

- C) ao Estado de Minas Gerais, por ser João contratado por esse estado.
D) ao Estado de São Paulo, por ser o estado com maior densidade populacional.
E) à União.

42) De acordo com a Constituição da República de 1988, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

- A) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, vedada a expedição de atos regulamentares, em respeito ao Poder Legislativo, e de recomendações, em razão da autonomia do Ministério Público da União e dos Estados;
B) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;
C) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, vedada a avocação de processos disciplinares em curso;
D) elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no país, bem como elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público da União e dos Estados, dentro dos limites estabelecidos na respectiva lei de diretrizes orçamentárias;
E) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de cinco anos e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de contribuição e aplicar outras sanções administrativas.

Direito Penal

43) Mévio, superior hierárquico de Tício, Oficial de Justiça, solicitou que ele alterasse o teor de determinada certidão em mandado de busca e apreensão. Apesar de ter conhecimento de que a conduta não era correta, Tício atendeu a solicitação de Mévio, já que este era seu superior hierárquico e os dois eram também amigos de infância. Descobertos os fatos, foi instaurado procedimento investigatório, razão pela qual Tício procura seu advogado para esclarecimentos.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Tício deverá esclarecer que sua conduta configura:

- A) fato típico, ilícito e culpável;

- B) fato típico, mas não ilícito, em razão do estrito cumprimento do dever legal;
C) fato típico, mas não ilícito, em razão da obediência hierárquica;
D) fato típico e ilícito, mas não culpável, em razão da obediência hierárquica;
E) fato típico e ilícito, mas não culpável, em razão da coação moral irresistível.

44) Acerca do concurso de agentes, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Código Penal vigente adota a teoria monista estrita quanto ao concurso de agentes.
II. A cooperação dolosamente distinta implica no fato de que, embora um dos agentes tenha almejado praticar infração penal menos grave do que o resultado pretendido e concretizado pelos demais agentes, todos os concorrentes responderão solidariamente pelo fato concretizado, ainda que mais grave.
III. A participação do agente na infração penal pode ocorrer desde a fase da cogitação até a consumação, porém, a relevância penal da conduta do partícipe é condicionada, salvo disposição em contrário, ao ingresso do autor na fase da execução.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) I e III, apenas.
E) II e III, apenas.

45) Kátia, namorada de Lizandra, em um restaurante, inconformada com o anúncio desta de que deseja pôr fim ao relacionamento amoroso, desfere-lhe facadas, com o intuito de matá-la, deixando em seguida o local. Socorrida por terceiros, Lizandra é hospitalizada, vindo o enfermeiro Miguel, por descuido, a trocar a medicação prescrita à paciente, aplicando-lhe substância diversa, que lhe provoca a morte, por choque anafilático.

Diante do caso narrado, Kátia deverá responder por:

- A) feminicídio e Miguel, por homicídio culposo;
B) tentativa de feminicídio e Miguel, por homicídio culposo;
C) tentativa de feminicídio e Miguel, por homicídio doloso;
D) lesão corporal qualificada e Miguel, por homicídio doloso;
E) lesão corporal qualificada e Miguel, por homicídio culposo.

46) Tício e Mévia vivem em união estável há cinco anos, e têm um filho de dois anos de idade. Em um determinado dia, após chegar do trabalho, Tício constrange a sua companheira, mediante o emprego de uma faca, a ter conjunção carnal e a

praticar, no mesmo contexto fático, outros atos libidinosos, como felação e sexo anal. Na data subsequente, a mulher se encaminha à unidade policial mais próxima e dá ciência dos fatos ao delegado de polícia, que instaura um inquérito policial em detrimento de Tício.

Considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Tício responderá pela prática do(s) crime(s) de:

- A) violação sexual mediante fraude, duas vezes, em concurso material, com a incidência de causa de aumento de pena, pois o sujeito ativo é companheiro da vítima;
- B) estupro de vulnerável, duas vezes, em concurso material, com a incidência de causa de aumento de pena, pois o sujeito ativo é companheiro da vítima;
- C) estupro, uma vez, com a incidência de causa de aumento de pena, pois o sujeito ativo é companheiro da vítima;
- D) estupro e atentado violento ao pudor, em concurso material, sem a incidência de causas de aumento de pena;
- E) estupro de vulnerável, uma vez, sem a incidência de causas de aumento de pena.

47) Para vencer a concorrência no mercado profissional, Jacó, advogado, solicitou a um potencial cliente o pagamento de acréscimo de 20% no valor dos honorários, sob a promessa de que a quantia garantiria o sucesso em sua demanda, pois seria repassada ao magistrado com o fim de influenciar o julgamento da respectiva ação judicial. O pagamento não chegou a ser feito e o cliente acabou optando por contratar formalmente os serviços de Mateus, também advogado, que solicitara o pagamento de acréscimo no valor de apenas 10% dos honorários, sob a mesma insinuação.

Diante de tal situação hipotética, nos termos da legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) Jacó praticou ato penalmente atípico, porque a proposta não chegou a ser efetivamente aceita pelo cliente.
- B) Jacó praticou ato penalmente atípico, porque a quantia não chegou a ser efetivamente paga pelo cliente.
- C) Mateus praticou o crime de corrupção ativa na modalidade tentada.
- D) Mateus praticou o crime de exploração de prestígio, que deverá ter a pena aumentada em razão da alegação de que o pagamento solicitado era destinado ao magistrado.
- E) Jacó praticou o crime de tráfico de influência, devendo ter a pena aumentada em razão da consumação formal do acordo.

Direito Processual Penal

48) Caio e Matheus, policiais militares, foram orientados, pelo superior hierárquico, para que realizassem patrulhamento de rotina na região XYZ do Município Alfa. Ao se dirigirem ao local, os agentes da lei, por coincidência, depararam com Tício apontando uma faca para Maria e exigindo-lhe a entrega de um telefone celular. Desta forma, os policiais militares capturaram Tício em flagrante e, na sequência, o encaminharam à Delegacia de Polícia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que se está diante de um flagrante

- A) preparado.
- B) impróprio.
- C) esperado.
- D) próprio.
- E) forjado.

49) Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente à cadeia de custódia, assinale a afirmativa incorreta.

- A) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- B) A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas: reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte.
- C) A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- D) A etapa de “fixação” da cadeia de custódia está definida em lei como a descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento.
- E) A definição de “vestígio”, segundo a legislação processual brasileira, é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

50) Após receber informações sobre suposta prática de homicídio, a autoridade policial chegou no local para realizar diligências. Ocorre que, após a liberação dos peritos criminais, a autoridade policial esqueceu de apreender a arma de fogo deixada no local do crime. Nesse aspecto, é correto afirmar que

- A) as diligências no local foram corretamente realizadas pela autoridade policial.
- B) agiu corretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo, era prescindível mandado judicial.
- C) caberia à autoridade policial apreender os objetos que tivessem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais, e colher provas que servissem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, dentre outras diligências.
- D) caberia aos peritos criminais decidir sobre a apreensão da arma de fogo no local.
- E) agiu incorretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo dependeria de autorização judicial.

51) Jonas, adolescente, foi ofendido por Tício, Mévio e Petrônio, maiores e capazes, que proferiram diversos xingamentos em seu desfavor. O genitor de Jonas procurou um advogado, que sugeriu o ajuizamento de uma ação penal de iniciativa privada, por meio de uma queixa-crime, em detrimento dos autores da infração penal. Nada obstante, antes de adotar qualquer providência, o infante e seu pai debateram sobre os benefícios e malefícios inerentes ao manejo da ação e à renúncia ao direito de queixa.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a:

- A) queixa deverá ser oferecida no prazo de três meses, a contar do dia das ofensas, sob pena de decadência;
- B) queixa, salvo quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo;
- C) renúncia expressa constará de declaração assinada pelo representante legal do ofendido ou procurador com poderes gerais;
- D) queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o juiz velará pela sua indivisibilidade;
- E) renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

52) Honório, 12 meses após tomar conhecimento de que Alarico atentou contra a sua honra, ajuizou contra este queixa-crime, por intermédio de advogado com a devida procuração, imputando a Alarico o delito de difamação.

Contudo, referida queixa-crime deve ser rejeitada pelo juízo em razão da ocorrência de:

- A) preempção do direito de queixa;
- B) prescrição do delito de difamação;
- C) decadência do direito de queixa;
- D) renúncia tácita ao direito de queixa;
- E) perdão tácito ao querelado.

Legislação Penal e Processual Extravagante

53) Sávio, delegado de polícia, relata um inquérito policial que tem por objeto a prática, em novembro de 2023, de um crime hediondo praticado por Fabiano. A autoridade policial aproveita a oportunidade para ler, nas nuances, a legislação de regência, atualizando-se sobre a temática.

Em observância às disposições da Lei nº 8.072/1990, Fabiano praticou o crime de:

- A) tráfico ilícito de entorpecentes, na modalidade privilegiada;
- B) roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca;
- C) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- D) condescendência criminosa;
- E) tráfico de influência.

54) Um indivíduo, na condução de veículo automotor, sem ser devidamente habilitado, envolve-se em acidente de trânsito e, sem que tenha dado causa ao evento, foge do local sem prestar qualquer socorro ao outro motorista, que ficou lesionado. Nesse caso, é correto afirmar que

- A) o indivíduo somente pode responder pelo crime do art. 304 do CTB.
- B) o indivíduo deve responder pelo crime do art. 304 e pelo crime do art. 305, eis que fugiu do local do acidente para evitar a responsabilização civil ou criminal.
- C) o indivíduo deve responder pelos crimes dos arts. 304 e 305 e pelo crime do art. 309 do CTB, ainda que estivesse conduzindo o veículo de forma regular.
- D) o indivíduo deve responder somente pelo crime do art. 309 do CTB, eis que não deu causa ao acidente.

55) Marcos é membro de religião que faz uso, em contexto ritualístico-religioso, de bebida conhecida como ayahuasca, com propriedades psicotrópicas, extraída a partir das plantas amazônicas arbusto chacrona e cipó mariri.

Marcos realiza o cultivo de tais plantas e prepara a referida bebida em terreno de sua propriedade, para apenas seu uso posterior e dos membros de sua comunidade religiosa nas cerimônias de culto.

Com base no disposto na Lei nº 11.343/2006, o plantio, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais se podem extrair substâncias psicotrópicas são

- A) proibidos, de modo absoluto, em todo o território nacional, ainda que para fins de uso estritamente ritualístico-religioso, sendo tal conduta considerada crime.
- B) permitidos para consumo próprio do cultivador, independentemente se com finalidade recreativa ou ritualística, não constituindo atualmente conduta tipificada como crime.

C) permitidos tanto para uso próprio de Marcos em contexto estritamente ritualístico-religioso, como para seu compartilhamento com os outros membros da mesma religião em contexto ritual.

D) permitidos apenas para uso próprio de Marcos em contexto estritamente ritualístico-religioso, mas configurando crime a conduta de compartilhamento dessa bebida com os outros membros da mesma religião em contexto ritual.

E) permitidos, desde que Marcos obtenha prévia licença do estado em que está situado seu imóvel para a confecção dessa bebida para uso estritamente ritualístico-religioso.

56) Relativamente à investigação criminal e aos meios de obtenção da prova nos crimes relativos às organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013), é correto afirmar que:

A) deverá o juiz participar das negociações para a formação do acordo de colaboração premiada, se o benefício concedido ao colaborador for o perdão judicial;

B) serão nulas de pleno direito, no acordo de colaboração premiada, as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória;

C) será possível ao juiz receber a denúncia com fundamento somente nas declarações do colaborador, mas não poderá proferir sentença condenatória com base nas referidas declarações;

D) poderá o juiz decretar de ofício a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;

E) será o retardamento da intervenção policial ou administrativa, na ação controlada, comunicado previamente ao Ministério Público que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao juiz competente.

Noções de Direitos Humanos

57) Os Direitos Humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade.

Sobre as características dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

A) Os Direitos Humanos são universais, entretanto se destinam as pessoas que cumprem as normas vigente.

B) As pessoas podem renunciar aos seus Direitos Humanos, caso não configure risco a sua vida.

C) Existe a possibilidade de alienar os Direitos Humanos pela fixação de pena pecuniária ao transgressor da norma.

D) Os Direitos Humanos são frutos do processo histórico, sendo reconhecidos gradativamente ao passar dos anos.

E) A divisibilidade dos Direitos Humanos decorre da possibilidade de identificar normas esparsas que tutelam bens jurídicos diversos.

58) Sobre o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, assinale a afirmativa correta.

A) O referido pacto foi adotado pelos países integrantes da OEA, após o fim da ditadura civil-militar, ocorrida em diversos países da América Latina.

B) O direito à vida privada é um direito cultural absoluto, que não possui ressalvas nos artigos do mencionado pacto internacional.

C) A observância dos direitos sociais pelos Estados deve ocorrer de forma imediata, sob pena da adoção de sanções severas em âmbito internacional.

D) Diferente do Pacto dos direitos civis e políticos, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais possui aplicação progressiva pelos Estados.

E) Este Pacto limitou a incidência da Declaração Universal de Direitos Humanos, cujos dispositivos possuíam alcance mais amplo e irrestrito dos direitos previstos.

59) Inês, estudiosa dos direitos afetos a todas as pessoas humanas, realizou alentada pesquisa a respeito da forma como cada Estado de Direito pode criminalizar e penalizar certas condutas.

Ao final de suas pesquisas, concluiu corretamente que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

A) cada Estado de Direito somente pode criminalizar condutas que configurem crimes no âmbito do Direito Internacional.

B) é vedado que uma pessoa seja acusada de crime que, no momento da ação ou omissão, não era considerado como tal pela lei.

C) a lei que aumente a pena cominada a algum crime somente pode ser aplicada à conduta praticada em momento anterior à sua vigência em casos graves.

D) deve ser assegurada a toda pessoa o direito de provar a sua inocência, de modo a afastar a presunção de culpabilidade decorrente do ajuizamento da ação penal.

60) Assinale a alternativa que contém uma informação correta a respeito do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, nos termos do que prevê o Decreto nº 6.949/09, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

A) O Comitê entrou em vigor com 18 membros, podendo ser acrescido de mais seis membros ao alcançar 60 ratificações ou adesões.

B) Os membros desse Comitê são eleitos por votação aberta e justificada em sessões da Conferência dos Estados Partes, a partir de uma lista de pessoas

designadas pelos Estados Partes entre seus nacionais.

C) O Comitê tem liberdade para estabelecer suas próprias normas de procedimento.

D) Em caso de morte, demissão ou declaração de um membro de que, por algum motivo, não poderá continuar a exercer suas funções, o Estado Parte que o tiver indicado não terá direito de designar um outro perito abrindo-se imediatamente novas eleições.

E) O mandato dos membros eleitos na primeira eleição expirou ao fim de quatro anos da vigência da Convenção.

Noções de Medicina Legal

61) No que tange aos exames no âmbito da medicina legal, em relação às contusões, assinale a afirmativa incorreta.

A) A rubefação é a lesão mais simples das produzidas por ação contundente.

B) A tumefação é causada por um trauma mais intenso e se traduz por elevação e palidez da pele na área do impacto.

C) A equimose é a infiltração do sangue nas malhas dos tecidos e, em geral, deve-se à ruptura de capilares, vênulas e arteríolas, mas pode se formar também por diapedese.

D) As equimoses são resultantes de lesões apenas superficiais, e, portanto, não podem ser profundas nem viscerais.

E) A equimose é chamada de petéquia, sugilação ou sufusão de acordo com a sua forma.

62) As seguintes afirmativas, relativas à cronotanatognose, estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

A) É a parte da Tanatologia que estuda a data aproximada da morte.

B) Considera-se um resfriamento do cadáver, em nosso meio, de cerca de 0,5°C nas três primeiras horas e, a seguir, um decréscimo de temperatura de 1°C por hora até o restabelecimento do equilíbrio térmico com o meio ambiente.

C) Como os fenômenos imediatos possuem valor relativo, pois baseiam-se em sinais que aparecem imediatamente após a morte e podem ser confundidos, os peritos devem esperar, em todos os casos, ao menos 12 horas após a morte para realizar a autópsia.

D) O período entre a aparência de morte e o momento em que o sinal da parada respiratória e cardíaca se torna irreversível é chamado de Período de Incerteza de Tourdes.

E) O resfriamento cadavérico depende das condições de temperatura ambiente: se o cadáver estiver mais frio que o ambiente, o ambiente esquenta o cadáver; se o cadáver estiver mais quente que o ambiente, haverá esfriamento.

63) O resultado da docimasia de Galeno é negativo no seguinte caso:

A) início do estado de putrefação.

B) fratura de clavícula com enfisema subcutâneo em tocotraumatismo.

C) necessidade de ventilação artificial por IOT.

D) afundamento completo do pulmão.

E) inspiração após o parto.

64) A morte produzida por intoxicação por monóxido de carbono, provoca alterações em algumas estruturas do corpo. Analise as afirmativas a seguir com relação às condições observadas na perinecropsia nesse caso.

I. Pele e mucosas apresentam cor carmim característica ou uma nuance levemente cianótica.

II. Espectroscopia mostrará as bandas de absorção características da carboxi-hemoglobina.

III. Pele corrugada em escroto, aréola mamária e pênis.

IV. Manchas de Tardieu nas serosas pleurais.

É correto o que se afirma em

A) I, II e III, apenas.

B) I, II e IV, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) I e II, apenas.

E) I e IV, apenas.

65) Armas brancas podem produzir feridas de diferentes tipos, a depender da atuação de outros componentes.

Quando a ferida é produzida por meio do deslizamento da lâmina sobre o tecido, seccionando vasos sanguíneos e causando hemorragia volumosa, ela é denominada

A) contusa.

B) corto-contusa.

C) perfuro-contusa.

D) cortante.

E) perfurante.

Noções de Criminologia

66) A partir de 1994, sob a administração de Rudolph Giuliani como Prefeito de Nova York (EUA), implementou-se um modelo de política criminal com vistas ao policiamento ostensivo nas ruas e adoção de punições severas a contravenções e crimes menores. Este modelo veio a ser conhecido como

- A) Tolerância zero.
- B) Direito penal do inimigo.
- C) Política criminal atuarial.
- D) Direito penal mínimo.
- E) Populismo penal.

67) “Fui na delegacia e falei com o tenente. [...] O tenente interessouse pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país.”

(JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014, p. 29)

No contexto do texto apresentado, é correto afirmar, quanto à formação da identidade criminosa das mulheres negras, que:

- A) o perfil criminoso será determinado exclusivamente pela classe social à qual pertence, não dependendo para o etiquetamento degradante a leitura social de questões relacionadas a gênero, raça/etnia ou proveniência geográfica;
- B) as mulheres negras são invisibilizadas quanto à intervenção policial no controle de seu comportamento, haja vista que, em razão de suas péssimas condições de sobrevivência, sempre se fizeram presentes às ruas e ao trabalho;
- C) a predominância da pobreza não influencia na formação da identidade criminosa das mulheres negras, pois basta a condição de descendentes de escravizadas;
- D) a predominância da pobreza é um dos cerne da identidade criminosa das mulheres negras, pois recairá sobre esta, em razão do estrato social a que pertence, forma determinante do perfil criminoso;
- E) as mulheres negras são invisibilizadas quanto à intervenção policial no controle de seu comportamento, haja vista que sempre foram reguladas no âmbito doméstico, onde ficaram a serviço dos patrões.

68) A teoria da subcultura delinquente

- A) possui as ferramentas explicativas do crescimento da criminalização das mulheres no Brasil contemporâneo.
- B) oferece uma explicação generalizadora da criminalidade, abarcando a chamada criminologia verde (green criminology).

C) tem na construção de Albert Cohen o negativismo da conduta como um de seus elementos caracterizadores.

D) restringe seu objeto ao momento de criminalização primária.

E) expõe a dominação de classe como eixo central do sistema penal, com a imposição de uma cultura sobre a outra.

69) Considerando os tipos psicológicos de vítimas para Hans Von Hentig, analise o seguinte fragmento:

“É o indivíduo que se encontra em situação tão perdida que movimentos defensivos parecem impossíveis ou mais danosos que a lesão provocada pelo criminoso.”

O fragmento refere-se ao tipo psicológico

- A) solitário.
- B) depressivo.
- C) bloqueado.
- D) tormentoso.

70) Após ser agredida por seu marido, Ana Cláudia busca auxílio em delegacia policial próxima a sua residência. Após narrar todo o ocorrido ao servidor responsável, ele afirmou que não parecia ser nada grave porque ela não apresentava nenhuma marca de lesão, sugerindo, em tom jocoso, que ela deveria voltar logo para casa porque “marido está difícil de encontrar”. Diante disso a Cláudia deixa a delegacia de polícia sem realizar o registro de ocorrência pretendido. Dentro de uma perspectiva criminológica, os fatos hipotéticos acima narrados descrevem, respectivamente, as noções de:

- A) vitimização secundária e vitimização primária;
- B) vitimização primária e vitimização terciária;
- C) seletividade primária e vitimização primária;
- D) vitimização primária e vitimização secundária;
- E) seletividade secundária e vitimização secundária.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Comentários e Gabaritos

Língua Portuguesa

01) Assinale a frase em que a preposição até mostra valor semântico diferente dos demais.

- A) Um homem apaixonado é incompleto até que se case.
- B) Aos quinze anos, há até certa graça em ameaçar muito e não executar nada.
- C) Estou por tudo o que ela quiser; mamãe sabe que eu faço tudo o que ela manda; estou pronto a ser o que for do seu agrado, até cocheiro de ônibus.
- D) Podemos ir juntos; veremos as terras estrangeiras, ouviremos inglês, francês, italiano, espanhol, russo e até sueco.
- E) — Mas tu gostavas tanto de ser padre, disse ela; não te lembras que até pedias para ir ver sair os seminaristas de São José, com as suas batinas?

Comentário:

A preposição "até" pode indicar inclusão, limite, extensão ou mesmo ênfase.

A) Indica um limite de tempo ("até que se case").

Um homem apaixonado é incompleto **até que se case**.

Demais letras: Indica um valor de inclusão.

Gabarito: Letra A.

02) Assinale a opção em que o termo sublinhado funciona como adjunto adnominal (preposição nocional) e não complemento nominal (preposição gramatical).

- A) O controle da natalidade é algo que não se pode conceber.
- B) Progresso é a realização de utopias.
- C) O caminho do progresso não é rápido nem fácil.
- D) A construção do amor é lenta e prazerosa.
- E) A física é a única ciência, o resto é coleção de borboletas.

Comentário:

Complemento Nominal

Características

- Acompanhado sempre de **preposição**.
- O termo deve ser ligado a **Substantivo Abstrato** (o termo deve sofrer a ação (paciente)), **Adjetivo** ou **Advérbio**.

Importante!

- Substantivo Abstrato é aquele que apresenta (**Sentimento; Ação; Qualidade; Estado e Conceito**);

Exemplos

Ex.: Eles estão com **medo de mim**.

Subst. Abst. Pac. + **C.N.**

Ex.: José tem **orgulho da Tia**. (Orgulho de quem?)

Subst. C.N

Ex.: Maria estava **consciente de tudo**. (Consciente de quê?)

Adjetivo C.N

Ex.: O técnico agiu **favoravelmente aos jogadores**. (Favorável a quê?)

Advérbio C.N

Adjunto Adnominal

Características

- O termo pode ser ligado a **Substantivo Concreto** ou **Abstrato**, desde que pratique a **ação**, de **posse**, ou **pertinência**;
- **Não** precisa de **preposição** como o Complemento Nominal (C.N)
- O termo preposicionado **pode ser substituído** por um **adjetivo** equivalente.
- **Nunca** será um Adjunto Adnominal se a palavra estiver ligada a um **adjetivo ou advérbio**, pois será C.N.

Exemplos

Ex.: **O proprietário da farmácia** saiu.
Subst.Concret .Adj. Adn.

Ex.: **Um sol intenso atingiu a praia bonita.**
A.A. N A.A. VTD A.A OD A.A.

Sujeito: Um sol intenso
um: adjunto adnominal
sol: núcleo do sujeito
intenso: adjunto adnominal

Predicado: atingiu a praia bonita
atingiu: verbo transitivo direto, núcleo do predicado
objeto direto: a praia bonita
a: adjunto adnominal
praia: núcleo do objeto direto
bonita: adjunto adnominal

Complemento Nominal x Adjunto Adnominal

O termo possui preposição?

Sim			Não	
Qual a classe do termo antecedente?			Adjunto Adnominal	
Substantivo Concreto	Adjetivo Advérbio	Substantivo Abstrato	Termo junto ao substantivo abstrato é agente	Adjunto Adnominal
Adjunto Adnominal	Complemento Nominal		Termo junto ao substantivo abstrato é paciente	Complemento Nominal

Letra A: Errada.

O termo "da natalidade" complementa o sentido do substantivo abstrato "controle", indicando a que se refere o controle, portanto é um complemento nominal.

Letra B: Errada.

Incorreto. O termo "realização" classifica-se como um substantivo abstrato, já que a realização como entidade não é tangível, mas sim um processo executado por pessoas. Note-se que se expressa uma condição passiva (as utopias sendo concretizadas), indicando assim a presença de um complemento nominal.

Letra C: Correta.

A ideia de um caminho é prontamente visualizada na mente, não requerendo elementos adicionais para sua compreensão, categorizando-o assim como um substantivo concreto. O termo associado a ele funciona como adjunto adnominal. Esta categoria sintática adiciona um detalhe de especificidade ao caminho: não se trata de um caminho qualquer, mas sim do caminho do progresso, que o define mais precisamente.

Letra D: Errada.

Incorreto. Semelhante aos casos anteriores, "construção" é um substantivo abstrato, pois percebemos entidades sendo construídas, mas não o ato de construção em si. Há uma implicação de passividade (o amor está em processo de construção), resultando na identificação de um complemento nominal.

Letra E: Errada.

Incorreto. "Coleção" se classifica como um substantivo abstrato, pois não se observa a coleção em si, mas objetos que são colecionados. Examinando a função do termo, nota-se uma conotação passiva: questiona-se se as borboletas colecionam ou se são o objeto de coleção. De acordo com o contexto da frase, elas são objetos que estão sendo colecionados, caracterizando, portanto, o uso de complemento nominal.

Gabarito: Letra C.

03) Assinale a frase em que a preposição sublinhada tem valor nocional, ou seja, não é exigida por um termo anterior.

- A) Se chegar a perder a Terra, de nada servirá ao homem ganhar a Lua.
- B) Gosto de mulheres jovens; suas histórias são menores.
- C) A primeira ideia literária de toda mulher é sempre vingar-se de alguém.
- D) Quando você tem uma grande esposa conte para todos – mas tenha certeza de contar para ela também.
- E) Desconfiai de uma mulher distraída: é um lince que vos observa.

Comentário:

Preposições Relacionais e Nocionais

Relacionais	Nocionais
São preposições que introduzem funções sintáticas de complemento . Estão nos Objetos Diretos, Indiretos e Complementos Nominais.	São preposições que não são exigidas obrigatoriamente , mas estabelecem relação de sentido .
Ex.: Eu gosto <u>de</u> correr. (Preposição que: Complementa o verbo) V.T.I. Ex.: Você tem medo <u>de</u> cachorro. (Preposição que complementa um nome). Complemento Nominal; Ex.: Estou desconfiado <u>de</u> você. (Locução Adverbial	Ex.: Aquele é o fone <u>de</u> José. (Sentido de posse) Ex.: José tem um computador <u>de</u> 2 TB. (Sentido de Qualidade). Ex.: Canto de noite. (Sentido de Tempo) Ex.: Ele cansou de esperar. (Sentido de Causa) Ex.: Concordo <u>com</u> palestras <u>de</u> direita.

Letra A: Correta.

Letra B: Errada.

Preposição Relacional: quem gosta, gosta DE algo/alguém

Letra C: Errada.

Preposição Relacional: quem se vinga, se vinga DE alguém

Letra D: Errada.

Preposição Relacional: quem tem certeza, tem certeza DE algo

Letra E: Errada.

Preposição Relacional: quem desconfia, desconfia DE algo/alguém

Gabarito: Letra A.

04) Nos verbos regulares as formas do infinitivo pessoal e do futuro do subjuntivo são idênticas; assinale a frase em que a forma sublinhada exemplifica o futuro do subjuntivo.

- A) Saber escolher o tempo é saber economizar tempo.
- B) Os que empregam mal seu tempo são os primeiros a se queixar de sua brevidade.
- C) Se chegar antes da hora, haverá tempo perdido.
- D) Esperar é desmentir o futuro.
- E) Há menos por descobrir do que por inventar.

Comentário:

Futuro do Subjuntivo
O Futuro do Subjuntivo é um tempo linguístico que aponta para a ocorrência de uma ação no futuro . Ele manifesta a viabilidade de algo ocorrer em breve e frequentemente é utilizado com a expressão " quando " ou " se ".
Exemplos
Ex.1: Quando vocês tiverem a resposta, me avisem. (Quando eu tiver, quando tu tiveres, quando ele tiver, quando nós tivermos, quando vós tiverdes, quando eles tiverem.)
Ex.2: Quando ela souber a verdade, ficará surpresa. (Quando eu souber, quando tu souberes, quando ele souber, quando nós soubermos, quando vós souberdes, quando eles souberem.)

Se (**quando**) chegar antes da hora, haverá tempo perdido.

Gabarito: Letra C.

05) Assinale a frase em que o vocábulo MAIS exemplifica a noção de quantidade.

- A) A muleta do tempo é mais trabalhadora que a rápida clava de Hércules.
- B) Espere pelo mais sábio dos conselheiros: o tempo.
- C) O tempo perdido não se encontra nunca mais.
- D) Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra.
- E) Como diz um amigo meu, antes tarde do que mais tarde.

Comentário:

- A) "A muleta do tempo é mais trabalhadora que a rápida clava de Hércules." - Aqui, "mais" é usado para comparação de intensidade ou grau, não de quantidade.
- B) "Espere pelo mais sábio dos conselheiros: o tempo." - Nesta frase, "mais" é utilizado para expressar o superlativo, não uma quantidade específica.
- C) "O tempo perdido não se encontra nunca mais." - "Mais", neste contexto, é usado em sentido temporal, significando 'nunca mais', em vez de indicar quantidade.
- D) "Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra." - Aqui, "mais" sugere uma quantidade relativa de tempo, indicando que se pode achar mais tempo quando se tem menos disponível.
- E) "Como diz um amigo meu, antes tarde do que mais tarde." - Neste caso, "mais" é utilizado para intensificar o adverbio "tarde", e não para expressar quantidade.

Gabarito: Letra D.

06) Há alguns verbos na língua portuguesa – ter, fazer, dar e pôr - que são empregados em lugar de outros de significado mais preciso. Assinale a frase em que o verbo TER é substituído adequadamente por outro verbo de valor equivalente e mais específico.

- A) Recomendo-te que tenhas cuidado com os minutos, de vez que as horas cuidarão de si mesmas. / Recomendo que mostres cuidado com os minutos, de vez que as horas cuidarão de si mesmas.
- B) Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra. / De quanto menos tempo se dispõe, mais tempo se encontra.
- C) O tempo pode ter um parto difícil, mas não aborta nunca. / O tempo pode desfrutar de um parto difícil, mas não aborta nunca.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

D) O mundo pertence a quem não tem hora fixa para as refeições. / O mundo pertence a quem não se regulamente para as refeições

E) À medida que tenho menos tempo para praticar as coisas, menos curiosidade tenho por aprendê-las. / À medida que tenho menos tempo para praticar as coisas, menos curiosidade ganho por aprendê-las.

Comentário:

Letra A: Errada.

O verbo "ter" sugere uma ideia de cuidado ou precaução. Assim, neste contexto, "ter" é usado para indicar a necessidade de agir com atenção ou adotar medidas cautelares.

Recomendo que **sejam** cuidadosos com os minutos;

Letra B: Correta.

O verbo "ter" denota a ideia de possuir disponibilidade ou prontidão temporal, e pode ser trocado por verbos que expressam o conceito de 'estar disponível'.

Quanto menos tempo se **possui**, mais tempo se encontra.

Letra C: Errada.

O verbo "pode" expressa a noção de capacidade ou possibilidade, enquanto "tem" refere-se a uma questão de tempo.

O tempo pode **enfrentar** um parto difícil;

Letra D: Errada.

O verbo "ter" carrega o significado de posse ou propriedade.

O mundo pertence a quem não **obedece** a hora fixa.

Letra E: Errada.

O verbo "ter" conota propriedade, refletindo uma experiência individual.

Gabarito: Letra B.

07) Todas as frases abaixo permitem a inferência de um momento cronológico; assinale a frase em que esse momento indicado está inadequado à frase.

A) As portas e as janelas das casas, nesta época do ano, ficam quase sempre fechadas. / Inverno.

B) As lojas do shopping estão cheias de chocolate. / Páscoa.

C) As fantasias tradicionais voltaram a aparecer nas vitrines / Carnaval.

D) Há muitas folhas mortas sobre a grama. / Primavera.

E) O atleta treina pela manhã bem cedo, antes que o dia fique quente. / Verão.

Comentário:

As frases sugerem momentos específicos do ano baseados em eventos ou características sazonais. Vamos analisá-las em relação ao momento cronológico sugerido:

A) As portas e as janelas das casas, nesta época do ano, ficam quase sempre fechadas. / Inverno.

Esta associação faz sentido, pois durante o inverno, as pessoas tendem a manter portas e janelas fechadas para se protegerem do frio.

B) As lojas do shopping estão cheias de chocolate. / Páscoa.

A referência é adequada, já que a Páscoa é uma época tradicionalmente associada à venda de chocolates.

C) As fantasias tradicionais voltaram a aparecer nas vitrines / Carnaval.

Isso é apropriado, pois o Carnaval é conhecido por ser um tempo de fantasias e celebrações.

D) Há muitas folhas mortas sobre a grama. / Primavera.

Essa associação está inadequada, pois a imagem de folhas mortas sobre a grama é mais típica do outono do que da primavera.

E) O atleta treina pela manhã bem cedo, antes que o dia fique quente. / Verão.

Essa descrição é adequada ao verão, período em que as temperaturas mais altas levam as pessoas a realizar atividades ao ar livre nas horas mais frescas do dia.

Portanto, a frase em que o momento cronológico indicado está inadequado à frase é:

D) Há muitas folhas mortas sobre a grama. / Primavera.

Gabarito: Letra D.

08) Observe o seguinte texto:

“Dizer as coisas como elas realmente são ou como realmente acontecerem pode tornar-se incômodo. A verdade implica uma correlação entre o que se diz e o que sente ou pensa. Definir a verdade é simples, pô-la em prática é difícil, tanto que costumamos fazer uso das ‘mentiras piedosas’ quando não se quer ofender alguém com a verdade.

Entretanto, a verdade não é só uma questão pessoal, mas também social. Isso se evidencia claramente no plano político onde a verdade parece algumas vezes estar ausente. Um velho ditado romano dizia que ‘a esposa de César não só deve ser virtuosa, como também parecer sê-lo’.

O que defende o autor desse texto é que

- A) a verdade costuma ser incômoda para o que a declara.
 - B) a verdade é uma questão mágica, com exceção do plano político.
 - C) é fácil praticar a verdade, pois se refere a dizer as coisas como elas realmente são.
 - D) a verdade tem uma dimensão desconhecida que se manifesta no plano político.
 - E) os romanos sabiam que na política a noção de verdade era impraticável.
-

Comentário:

O autor do texto argumenta que expressar a verdade como ela é pode ser desconfortável e que, apesar de sua definição ser simples, sua prática é complicada. Ele também menciona o uso de "mentiras piedosas" para evitar ofender outros com a verdade, indicando que a verdade envolve uma congruência entre o que se fala e o que se sente ou pensa. Além disso, o texto aponta que a verdade não é apenas uma questão pessoal, mas também social, especialmente no contexto político, onde frequentemente parece faltar.

Dessa forma, o texto sugere que a verdade muitas vezes é incômoda e que sua aplicação na realidade é complexa, especialmente em esferas como a política, onde não apenas ser, mas também parecer virtuoso, é importante.

Portanto, a afirmativa que melhor representa a ideia defendida pelo autor é:

A) a verdade costuma ser incômoda para o que a declara.

Gabarito: Letra A.

09) Entre as frases abaixo assinale aquela que mostra a preposição DE no valor semântico diferente do de “matéria”.

- A) Todas as especulações são cinza, meu amigo, mas a árvore de ouro da vida é eternamente verde.
 - B) A cidade não é uma selva de concreto; é um zoológico humano.
 - C) Somos estátuas de pedra, e corre por aí um intenso rumor de que alguns de nós vamos ganhar vida.
 - D) O pavão de hoje é o espanador de amanhã.
 - E) Nem só de pão de trigo vive o homem. Vive de pão e crédito.
-

Comentário:

Letra A: Errada.

"árvore de ouro" sugere a substância ou essência da árvore.

Letra B: Correta.

"selva de concreto" descreve a composição ou natureza da cidade.

Letra C: Errada.

"estátuas de pedra" revela o material das estátuas.

Letra D: Correta.

"pavão de hoje" é utilizado metaforicamente, não descrevendo a constituição do pavão, mas comparando sua transitoriedade com um espanador.

Letra E: Errada.

"Pão de trigo" especifica a origem ou constituição do pão.

Gabarito: Letra D.

10) Assinale a opção em que as duas palavras nela apresentadas recebem acento gráfico corretamente.

- A) récorde / tórax.
- B) recém / refém.
- C) gratuito / difícil.
- D) saúva / hífens.
- E) Nobél / grácil.

Comentário:

A) **recorde** / tórax.

B) recém / refém.

C) **gratuito** / difícil.

D) saúva / **hifens**.

E) **Nobel** / grácil.

Tonicidade	
Oxítonas	Tonicidade na última sílaba. As palavras oxítonas que terminam em a(as), e(es), o(os), em, ens, ditongos abertos éi(s), éu(s), ói(s) são acentuadas. Ex.: Café, Jiló, Também, Parabéns, Herói, Troféu, Anéis.
Paroxítonas	Tonicidade na penúltima sílaba. As palavras paroxítonas que terminam em l, n, r, x, i(is), u(us), ps, ã(ãs), ão(ãos), um(uns) e ditongos são acentuadas. Ex.: Revólver, Xérox, Tórax, Lápis, Ônus, Tríceps, Ímã, Órgão, Álbum. <input type="checkbox"/> As palavras paroxítonas que possuem tonicidade nos ditongos abertos (ei, oi, eu) não são mais acentuadas. Ex: Pla-tei-a; As-sem-blei-a; A-poi-o.
Proparoxítonas	Tonicidade na antepenúltima sílaba. Todas as proparoxítonas são acentuadas. Ex.: Ex: Física, Árvore, Quilômetro.
Proparoxítonas "Aparentes ou	Conforme alguns autores, proparoxítonas aparentes são paroxítonas terminadas em

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Eventuais”	ditongo crescente. Sendo considerada correta a separação silábica do ditongo crescente. Ex.: Ex: his-tó-ria ou his-tó-ri-a.
-------------------	---

Pronúncia de Palavras Duvidosas

- **Palavras Oxítonas:** Aloés, cateter, harém, mister, Nobel, ruim, ureter.
- **Palavras Paroxítonas:** Avaro, aziago, barbaria, filantropo, ibero, misantropo, gratuito, recorde.
- **Palavras Proparoxítonas:** Aerólito, álcali, álibi, alvíssaras, âmagô, êxodo, périplo, ínterim, máxime.

Gabarito: Letra B.

Raciocínio Lógico-Matemático

11) A amostra de idades a seguir foi obtida:

20 35 23 54 46 22 41 50 38 40 35 18 32 29 31 56 37

A mediana dessas idades é igual a

- A) 34
- B) 35
- C) 36
- D) 37
- E) 38

Comentário:

➤ **Passo 1: Ordenar as idades em ordem crescente**

Aqui estão as idades em ordem crescente:

18, 20, 22, 23, 29, 31, 32, 35, 35, 37, 38, 40, 41, 46, 50, 54, 56

➤ **Passo 2: Encontrar a posição da mediana**

A amostra contém 17 valores. Como o número de valores é ímpar, a mediana será o valor que está na posição central da lista ordenada.

A posição da mediana em uma lista de 17 valores é:

$$\frac{17+1}{2} = \frac{18}{2} = 9$$

Portanto, a mediana é o valor na 9ª posição da lista ordenada.

➤ **Passo 3: Identificar a mediana**

Na lista ordenada, a 9ª idade é 35.

Gabarito: Letra B

12) Na cidade de Belém o Bosque Rodrigues Alves tem a forma de um retângulo.



Em um mapa na escala 1:20.000 esse retângulo possui lados medindo 2,5cm e 1,6cm. A área do Bosque em metros quadrados é

- A) 4.000.
- B) 16.000.
- C) 40.000.
- D) 160.000.
- E) 400.000.

Comentário:

Para resolver essa questão, precisamos calcular a área real do Bosque Rodrigues Alves usando as medidas fornecidas no mapa e a escala.

➤ **Passo 1: Entender a escala**

A escala do mapa é 1:20.000, o que significa que 1 cm no mapa representa 20.000 cm (ou 200 metros) na realidade.

➤ **Passo 2: Calcular as dimensões reais do Bosque**

- O lado maior do retângulo no mapa mede 2,5 cm.

$$\text{Comprimento real} = 2,5 \text{ cm} \times 20.000 = 50.000 \text{ cm} = 500 \text{ m}$$

- O lado menor do retângulo no mapa mede 1,6 cm.

$$\text{Largura real} = 1,6 \text{ cm} \times 20.000 = 32.000 \text{ cm} = 320 \text{ m}$$

➤ **Passo 3: Calcular a área real do Bosque**

A área do retângulo pode ser calculada multiplicando o comprimento pela largura:

$$\text{Área} = 500 \text{ m} \times 320 \text{ m} = 160.000 \text{ m}^2$$

Gabarito: Letra D

13) Dois eventos A e B são independentes e têm probabilidades iguais a 0,3 e 0,7, respectivamente. Nesse caso, a probabilidade de que A ou B ocorra é igual a

- A) 0,50.
- B) 0,58.
- C) 0,79.
- D) 0,66.
- E) 1,00.

Comentário:

Para encontrar a probabilidade de que **A ou B** ocorra, devemos usar a fórmula da união de dois eventos independentes:

$$P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B)$$

➤ **Passo 1: Identificar as probabilidades dos eventos**

Dado:

- $P(A) = 0,3$
- $P(B) = 0,7$

➤ **Passo 2: Determinar a probabilidade de $A \cap B$**

Q2

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Como os eventos **A** e **B** são independentes, a probabilidade de ambos ocorrerem é o produto de suas probabilidades:

$$P(A \cap B) = P(A) \times P(B) = 0,3 \times 0,7 = 0,21$$

➤ **Passo 3: Calcular a probabilidade de $A \cup B$**

Agora, aplicamos os valores na fórmula para a união de **A** e **B**:

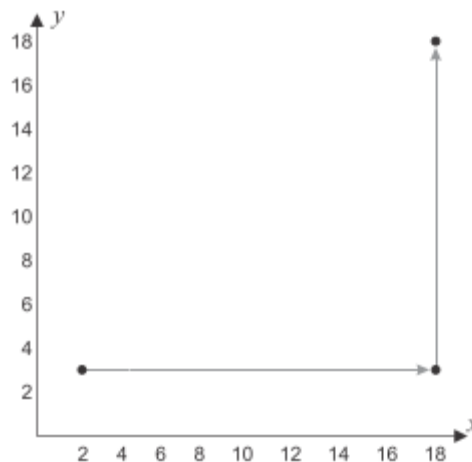
$$P(A \cup B) = P(A) + P(B) - P(A \cap B)$$

$$P(A \cup B) = 0,3 + 0,7 - 0,21$$

$$P(A \cup B) = 1,0 - 0,21 = 0,79$$

Gabarito: Letra C

14) Uma partícula está imóvel sobre o ponto (2,3) no plano cartesiano quando começa a fazer deslocamentos sucessivos. O 1º desses deslocamentos é de 16 unidades de comprimento (u.c.) no sentido positivo do eixo x, o que faz com que a partícula vá para o ponto (18,3). O 2º movimento é de 15 u.c. no sentido positivo do eixo y, o que faz com que a partícula vá do ponto (18,3) para o ponto (18,18), conforme ilustrado na figura a seguir.



Os deslocamentos vão se sucedendo respeitando as seguintes regras:

I. o comprimento de cada deslocamento é 1 u.c. menor do que o do deslocamento imediatamente anterior, até que o comprimento seja nulo e a partícula pare;

II. o sentido de cada deslocamento faz 90° no sentido anti-horário com o sentido do deslocamento imediatamente anterior, isto é

(→ ↑ ← ↓ → ↑ ...)

A distância em linha reta entre o ponto inicial e o ponto final dessa sequência de movimentos é a raiz quadrada de

- A) 108.
 - B) 113.
 - C) 123.
 - D) 128.
 - E) 133.
-

Comentário:

Para resolver essa questão, precisamos calcular a distância em linha reta entre o ponto inicial e o ponto final da sequência de movimentos da partícula.

➤ **Passo 1: Compreender a sequência de movimentos**

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

A partícula começa no ponto (2,3) e realiza deslocamentos sucessivos:

1. Primeiro deslocamento: 16 unidades para a direita (no eixo x), chegando ao ponto (18,3).
2. Segundo deslocamento: 15 unidades para cima (no eixo y), chegando ao ponto (18,18).
3. Terceiro deslocamento: 14 unidades para a esquerda (no eixo x), movendo-se de volta no eixo x.
4. Quarto deslocamento: 13 unidades para baixo (no eixo y), voltando no eixo y.

Essa sequência de deslocamentos continua com os deslocamentos diminuindo em 1 unidade cada vez, alternando as direções a cada 90 graus no sentido anti-horário.

➤ **Passo 2: Analisar os deslocamentos até que o comprimento seja nulo**

Os deslocamentos continuam até que o comprimento seja 0. A sequência de deslocamentos pode ser representada assim:

- 16 para a direita, 15 para cima, 14 para a esquerda, 13 para baixo, 12 para a direita, 11 para cima etc.

A cada dois movimentos (um no eixo x e outro no eixo y), o deslocamento em cada direção é reduzido de 2 unidades no total.

➤ **Passo 3: Calcular o deslocamento total em x e y**

Os deslocamentos em x e y são alternados:

- Para o eixo x: movimentos de 16, -14, 12, -10, 8, -6, 4, -2
- Para o eixo y: movimentos de 15, -13, 11, -9, 7, -5, 3, -1

Deslocamento total em x:

$$16 - 14 + 12 - 10 + 8 - 6 + 4 - 2 = 8$$

Deslocamento total em y:

$$15 - 13 + 11 - 9 + 7 - 5 + 3 - 1 = 8$$

➤ **Passo 4: Calcular a distância em linha reta entre o ponto inicial e o ponto final**

A distância em linha reta (distância euclidiana) entre o ponto inicial (2,3) e o ponto final $(2 + 8, 3 + 8) = (10,11)$ é dada por:

$$\text{Distância} = \sqrt{(10 - 2)^2 + (11 - 3)^2}$$

$$\text{Distância} = \sqrt{8^2 + 8^2}$$

$$\text{Distância} = \sqrt{64 + 64}$$

$$\text{Distância} = \sqrt{128}$$

Gabarito: Letra D

15) Considere verdadeira a seguinte proposição:

“Todo matemático brasileiro conhece fractais”

Por consequência lógica, se Richard

- A) é brasileiro mas não é matemático, então não conhece fractais.
- B) é matemático mas não é brasileiro, então não conhece fractais.
- C) não é brasileiro e nem matemático, então não conhece fractais.
- D) não conhece fractais, então não é matemático e nem brasileiro.
- E) não conhece fractais, então não é matemático ou não é brasileiro.

Comentário:

Vamos analisar a proposição dada e deduzir a consequência lógica correta.

➤ **Proposição dada**

A proposição é:

"Todo matemático brasileiro conhece fractais."

Essa proposição pode ser interpretada da seguinte forma:

$$\forall x \text{ (se } x \text{ é um matemático brasileiro, então } x \text{ conhece fractais)}$$

➤ **Análise lógica**

Vamos usar as seguintes proposições:

- $M(x)$: "x é matemático"
- $B(x)$: "x é brasileiro"
- $F(x)$: "x conhece fractais"

A proposição pode ser reescrita como:

$$M(x) \wedge B(x) \rightarrow F(x)$$

Em outras palavras, **se alguém é um matemático brasileiro, então essa pessoa conhece fractais.**

➤ **Negação da proposição**

A negação de "Todo matemático brasileiro conhece fractais" seria:

$$\exists x (M(x) \wedge B(x) \wedge \neg F(x))$$

Ou seja, **existe pelo menos um matemático brasileiro que não conhece fractais.** No entanto, essa não é a situação descrita. Estamos considerando a proposição como verdadeira.

➤ **Analisando as alternativas**

Para encontrar a alternativa correta, precisamos considerar o que acontece **se Richard não conhece fractais:**

E) "Se Richard não conhece fractais, então não é matemático ou não é brasileiro."

- Se Richard não conhece fractais ($\neg F(x)$), então, de acordo com a proposição original, ele não pode ser ao mesmo tempo matemático e brasileiro. Portanto, ele deve ser **ou não matemático ($\neg M(x)$) ou não brasileiro ($\neg B(x)$).**

Essa é a contrapositiva da proposição original, que é logicamente equivalente à proposição original.

Gabarito: Letra E

16) Uma turma do terceiro ano do ensino médio possui 40 estudantes, dos quais 16 são meninas e 24 são meninos. Uma professora da turma realizou uma enquete para saber se seus estudantes preferiam disciplinas de ciências exatas ou de ciências humanas. Todos os estudantes da turma responderam à enquete indicando uma única dentre essas duas opções.

Do total de meninas da turma, $\frac{3}{8}$ disseram preferir ciências humanas e as demais afirmaram preferir ciências exatas. Já do total de meninos, $\frac{1}{4}$ responderam que preferem ciências exatas e os demais declararam preferência por ciências humanas.

Segundo essa enquete, assinale a fração do total de estudantes da turma preferem ciências exatas.

- A) $\frac{1}{2}$.
 - B) $\frac{2}{5}$.
 - C) $\frac{3}{5}$.
 - D) $\frac{5}{8}$.
 - E) $\frac{7}{8}$.
-

Comentário:

Para resolver o problema, vamos calcular o número de meninas e meninos que preferem cada uma das disciplinas e depois determinar a fração do total de estudantes que preferem ciências exatas.

➤ **Passo 1: Calcular o número de meninas que preferem ciências humanas e ciências exatas**

- Total de meninas: 16
- Fração de meninas que preferem ciências humanas: $\frac{3}{8}$

O número de meninas que preferem ciências humanas é:

$$\text{Meninas que preferem ciências humanas} = 16 \times \frac{3}{8} = 6$$

Portanto, o número de meninas que preferem ciências exatas é:

$$\text{Meninas que preferem ciências exatas} = 16 - 6 = 10$$

➤ **Passo 2: Calcular o número de meninos que preferem ciências exatas e ciências humanas**

- Total de meninos: 24
- Fração de meninos que preferem ciências exatas: $\frac{1}{4}$

O número de meninos que preferem ciências exatas é:

$$\text{Meninos que preferem ciências exatas} = 24 \times \frac{1}{4} = 6$$

Portanto, o número de meninos que preferem ciências humanas é:

$$\text{Meninos que preferem ciências humanas} = 24 - 6 = 18$$

➤ **Passo 3: Calcular o total de estudantes que preferem ciências exatas**

O total de estudantes que preferem ciências exatas é:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Total que preferem ciências exatas = Meninas que preferem ciências exatas + Meninos que preferem ciências exatas

$$\text{Total que preferem ciências exatas} = 10 + 6 = 16$$

➤ **Passo 4: Calcular a fração do total de estudantes que preferem ciências exatas**

O total de estudantes na turma é 40. Portanto, a fração de estudantes que preferem ciências exatas é:

$$\text{Fração que preferem ciências exatas} = \frac{16}{40} = \frac{2}{5}$$

Gabarito: Letra B

Informática

17) Em relação ao Windows 10, associe o atalho de teclado à respectiva ação.

1. Tecla Windows + L
2. Tecla Windows + M
3. Tecla Windows + R
4. Tecla Windows + S
5. Tecla Windows + T

- () Abre o menu de busca do sistema.
- () Bloqueia o PC.
- () Abre a caixa de diálogo Executar.
- () Alterna entre programas da Barra de Tarefas.
- () Minimiza todas as janelas abertas.

Assinale a opção que indica a associação correta, na ordem apresentada.

- A) 1 – 5 – 2 – 4 – 3
- B) 2 – 4 – 1 – 3 – 5
- C) 3 – 5 – 1 – 2 – 4
- D) 4 – 1 – 3 – 5 – 2
- E) 5 – 3 – 1 – 2 – 4

Comentário:

Vamos fazer a associação correta:

1. Tecla Windows + L: Bloqueia o PC.
2. Tecla Windows + M: Minimiza todas as janelas abertas.
3. Tecla Windows + R: Abre a caixa de diálogo Executar.
4. Tecla Windows + S: Abre o menu de busca do sistema.
5. Tecla Windows + T: Alterna entre programas da Barra de Tarefas.

Agora, associando na ordem apresentada:

1. Tecla Windows + L - Bloqueia o PC.
2. Tecla Windows + M - Minimiza todas as janelas abertas.
3. Tecla Windows + R - Abre a caixa de diálogo Executar.
4. Tecla Windows + S - Abre o menu de busca do sistema.
5. Tecla Windows + T - Alterna entre programas da Barra de Tarefas.

Associação correta:

- (4) Abre o menu de busca do sistema.
- (2) Bloqueia o PC.
- (3) Abre a caixa de diálogo Executar.
- (5) Alterna entre programas da Barra de Tarefas.
- (1) Minimiza todas as janelas abertas.

Gabarito: Letra D.

18) O Linux Ubuntu é um Sistema Operacional fácil de usar, instalar e configurar. Além do ambiente gráfico no Linux, existem 6 ambientes de linha de comando, conhecidos pelo nome de TTY (TeleTYpe) ou terminais virtuais.

Nesse contexto, estando no modo de linha de comando e desejando retornar ao modo gráfico, deve-se pressionar simultaneamente as teclas:

- A) Ctrl + Alt + F2;
- B) Ctrl + Alt + F3;

- C) Ctrl + Alt + F5;
- D) Ctrl + Alt + F6;
- E) Ctrl + Alt + F7.

Comentário:

A questão trata do uso de terminais virtuais (TTYs) no sistema operacional Linux Ubuntu. Os TTYs são interfaces de linha de comando acessíveis através de combinações de teclas, permitindo que o usuário execute comandos diretamente, sem a necessidade de um ambiente gráfico. Esses terminais são especialmente úteis para tarefas administrativas e para solucionar problemas, principalmente quando o ambiente gráfico não está disponível ou não está funcionando corretamente.

Letra A - Errada

A combinação Ctrl + Alt + F2 é utilizada para acessar o segundo terminal virtual (TTY2), um ambiente de linha de comando, não para retornar ao modo gráfico.

Letra B - Errada

Da mesma forma, Ctrl + Alt + F3 leva ao TTY3, que também é um ambiente de linha de comando.

Letra C - Errada

Ctrl + Alt + F5 acessa o TTY5, outro terminal de linha de comando.

Letra D - Errada

Esta combinação de teclas, Ctrl + Alt + F6, abre o TTY6, que também é um terminal de linha de comando.

Letra E - Correta

A combinação Ctrl + Alt + F7 é a que retorna ao ambiente gráfico (GUI) no Linux Ubuntu. Normalmente, o modo gráfico é iniciado no TTY7, que é acessado por meio dessa combinação de teclas.

Gabarito: Letra E.

19) A equipe de TI do TJAP configura um servidor DNS (Domain Name System) para gerenciar os registros originais dos sítios do Tribunal.

Esse servidor é do tipo:

- A) raiz;
- B) TLD;
- C) cache;
- D) autoritativo;
- E) resolvidor recursivo.

Comentário:

No contexto de servidores DNS (Domain Name System), um servidor que gerencia os registros originais dos domínios de um determinado conjunto de sites, como os do Tribunal de Justiça, é conhecido como um servidor autoritativo.

Letra A - Errada

Servidores raiz são os servidores DNS que respondem por todas as TLDs (Top-Level Domains) e são a base da hierarquia DNS. Eles não são responsáveis por registros específicos de domínios, mas direcionam as consultas para os servidores TLD apropriados.

Letra B - Errada

Servidores TLD (Top-Level Domain) gerenciam os domínios de nível superior, como .com, .org, .gov, mas não gerenciam diretamente os registros de domínios específicos, como os de um tribunal.

Letra C - Errada

Servidores DNS de cache armazenam temporariamente as respostas de consultas DNS para acelerar futuras consultas, mas não são responsáveis por gerenciar registros originais de domínios.

Letra D - Correta

Um servidor DNS autoritativo é responsável por armazenar e gerenciar os registros originais de um domínio específico. Ele é a fonte confiável para as informações DNS sobre os domínios que controla, como os sites de um tribunal.

Letra E - Errada

Um resolvedor recursivo é um servidor DNS que recebe a consulta de um cliente e realiza todo o processo de resolução de nomes, consultando outros servidores DNS até encontrar a resposta. Ele não é responsável por gerenciar registros originais de domínios.

Gabarito: Letra D.

20) O navegador Google Chrome permite diversas opções de configuração para adaptar e customizar seu funcionamento para cada usuário.

Considere as possíveis opções de configuração listadas a seguir:

- I. Remover dados de navegação;
- II. Bloquear o envio de pop-ups ou o uso de redirecionamentos;
- III. Alterar o tamanho da fonte

É opção presente no Google Chrome o que se apresenta em

- A) I e II, apenas.
 - B) II e III, apenas.
 - C) I e III, apenas.
 - D) I, apenas.
 - E) I, II e III.
-

Comentário:

Item I - Correto

O Chrome permite que os usuários removam dados de navegação, como histórico, cookies, e cache, através de suas configurações.

Item II - Correto

O Chrome oferece configurações para bloquear pop-ups e redirecionamentos, proporcionando uma experiência de navegação mais controlada.

Item III - Correto

O Chrome permite que os usuários alterem o tamanho da fonte padrão das páginas web, ajustando a leitura conforme a preferência.

Gabarito: Letra E.

21) Um usuário do MS Excel 365 BR inseriu, nas células A1, A2 A3 e A4, respectivamente, os valores 10, -5, 20 e -8 e, na célula A5, inseriu a fórmula =SOMA(A1;A4).

Assim, é esperado que o resultado exibido na célula A5 seja igual a

- A) 2.
 - B) 5.
 - C) 17.
 - D) 30.
 - E) 43.
-

Comentário:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

A fórmula '=SOMA(A1;A4)' no MS Excel 365 BR soma os valores contidos nas células A1 e A4. Vamos verificar os valores inseridos:

- A1: 10
- A4: -8

A fórmula soma esses dois valores:

$$10 + (-8) = 2$$

Portanto, o resultado exibido na célula A5 será 2.

Gabarito: Letra A.

22) O componente da suíte de aplicativos de escritório Libre Office que tem por função a criação de planilhas de trabalho é o

- A) Base.
- B) Calc.
- C) Draw.
- D) Writer.
- E) Impress.

Comentário:

A) Base: É o componente do LibreOffice destinado à criação e gestão de bancos de dados, similar ao Microsoft Access.

B) Calc: É o componente da suíte de aplicativos LibreOffice responsável pela criação e edição de planilhas de trabalho, similar ao Microsoft Excel.

C) Draw: É utilizado para a criação de desenhos vetoriais e diagramas.

D) Writer: É o processador de texto do LibreOffice, similar ao Microsoft Word.

E) Impress: É a ferramenta do LibreOffice utilizada para criar apresentações, similar ao Microsoft PowerPoint.

Gabarito: Letra B.

23) Um usuário recebeu o e-mail de um remetente desconhecido se passando por sua operadora de telefonia celular, com um anexo intitulado "Fatura_Mar_2024.pdf". Ao abrir o anexo, o computador do usuário é infectado com um tipo de malware que criptografa seus arquivos e exige um resgate em criptomoeda para desbloqueá-los.

Nesse caso, o tipo de ataque de malware sofrido pelo usuário é conhecido como

- A) keylogger.
- B) DDoS.
- C) vírus.
- D) spyware.
- E) ransomware.

Comentário:

Letra A - Errada

Keylogger: Captura as teclas digitadas pelo usuário, geralmente para roubar senhas e outras informações confidenciais.

Letra B - Errada

DDoS (Distributed Denial of Service): Ataque que sobrecarrega um sistema ou rede com tráfego, tornando-o inacessível.

Letra C - Errada

Vírus: Malware que se replica e se espalha para outros arquivos ou sistemas.

Letra D - Errada

Spyware: Software que espiona as atividades do usuário sem o seu conhecimento.

Letra E - Correta

Ransomware é um tipo de malware que, ao infectar um sistema, criptografa os arquivos da vítima, tornando-os inacessíveis. O atacante então exige um pagamento, geralmente em criptomoedas, para fornecer a chave de descryptografia que permitirá à vítima recuperar seus arquivos. Esse tipo de ataque é caracterizado pelo "sequestro" dos dados da vítima em troca de um resgate, o que se alinha exatamente com a situação descrita no caso.

Gabarito: Letra E.

24) Arnaldo, servidor do Tribunal de Justiça, preocupado com a alta quantidade de ataques cibernéticos advindos da Internet noticiados na mídia, resolveu focar seus estudos tendo em mente o equipamento firewall como a melhor aposta para a proteção da segurança de borda da rede corporativa da instituição. Arnaldo já está ciente de que os firewalls podem ser classificados em três categorias: filtros de pacotes tradicionais, filtros de estado e gateways de aplicação.

No entanto, para aquisição do novo equipamento, falta o servidor entender que as categorias de firewalls com estado caracterizam-se por ter:

- A) a incapacidade de detectar quando dados ilícitos estão sendo usados para se infiltrar na rede;
 - B) a capacidade de registrar, mas não de armazenar, aspectos importantes das conexões de rede;
 - C) a necessidade de que muitas portas estejam abertas para facilitar a comunicação sem intercorrências na conectividade;
 - D) a capacidade de registrar o comportamento dos ataques e, em seguida, usar essas informações para evitar tentativas futuras;
 - E) a incapacidade de aprender enquanto opera, o que não permite que ele tome decisões de proteção com base no que aconteceu no passado.
-

Comentário:

Letra A - Errada

Firewalls com estado (stateful) são projetados para analisar o estado das conexões e podem detectar tentativas de infiltração analisando pacotes em contextos, o que lhes permite identificar padrões maliciosos.

Letra B - Errada

Firewalls com estado podem tanto registrar quanto armazenar informações sobre conexões, como os estados de sessão, para tomar decisões baseadas nesse contexto.

Letra C - Errada

Firewalls com estado não exigem que muitas portas estejam abertas, ao contrário, eles podem monitorar e controlar o tráfego de forma mais granular, ajudando a reduzir o número de portas que precisam ser abertas, aumentando assim a segurança.

Letra D - Correta

Esta alternativa descreve bem uma das principais características de firewalls com estado. Eles podem registrar o comportamento das conexões e utilizar essas informações para criar regras que previnem futuras tentativas de ataque semelhantes.

Letra E - Errada

Firewalls com estado, ao contrário do que afirma essa opção, são justamente capazes de "aprender" com o comportamento anterior, utilizando as informações armazenadas sobre as conexões para tomar decisões mais informadas no futuro.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Gabarito: Letra D.

Lei Orgânica da PC-MG

25) Com base na Lei 5.406/69, sobre as causas e circunstâncias que influem no julgamento das transgressões disciplinares, é correto afirmar que:

- A) A prática simultânea de duas ou mais transgressões disciplinares é considerada uma circunstância atenuante.
- B) Ignorância plenamente comprovada, desde que não atente contra os sentimentos normais de patriotismo, humanidade e probidade, é uma causa justificativa que pode influir no julgamento de uma transgressão.
- C) A confissão espontânea da falta perante a autoridade sindicante, de modo a facilitar a sua apuração, é considerada uma circunstância agravante.
- D) O abuso de autoridade ou poder é uma circunstância que justifica a transgressão, isentando o transgressor de punição.
- E) O bom comportamento anterior não é levado em consideração como circunstância atenuante no julgamento das transgressões disciplinares.

Comentário:

Letra A: Errada.

A prática simultânea de duas ou mais transgressões é considerada uma circunstância agravante, conforme o Art. 153, § 3º, inciso III, da Lei 5.406/69.

Letra B: Correta.

De acordo com o Art. 153, § 1º, inciso I, ignorância plenamente comprovada, quando não atente contra os sentimentos normais de patriotismo, humanidade e probidade, é uma causa justificativa que pode influir no julgamento de uma transgressão, podendo inclusive isentar o transgressor de punição.

Letra C: Errada.

A confissão espontânea da falta perante a autoridade sindicante é considerada uma circunstância atenuante, conforme o Art. 153, § 2º, inciso IX, da Lei 5.406/69.

Letra D: Errada.

O abuso de autoridade ou poder é uma circunstância agravante, conforme o Art. 153, § 3º, inciso VI, e não uma justificativa para isentar o transgressor de punição.

Letra E: Errada.

O bom comportamento anterior é, sim, levado em consideração como circunstância atenuante no julgamento das transgressões disciplinares, de acordo com o Art. 153, § 2º, inciso I.

Gabarito: Letra B.

26) De acordo com a Lei 5.406/69, sobre os atos e termos processuais no processo administrativo, é correto afirmar que:

- A) É assegurado ao funcionário o direito de ampla defesa, podendo, pessoalmente ou por procurador, acompanhar todos os atos processuais, indicar e inquirir testemunhas, requerer a juntada de documentos e vista dos autos.
- B) A autoridade processante tem a obrigação de suprir "ex-officio" qualquer omissão do acusado na fase instrutória do processo.
- C) O processo administrativo deve iniciar-se no prazo de cinco dias contados da data do ato que determinou sua instauração, conforme previsto na Lei 5.406/69.
- D) Se o acusado se ocultar para evitar a citação, o processo administrativo será imediatamente suspenso até que seu paradeiro seja descoberto.
- E) A citação do acusado será sempre feita por meio de edital, independentemente de seu paradeiro ser conhecido ou não.

Comentário:

Letra A: Correta.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

De acordo com o Art. 179 da Lei 5.406/69, é assegurado ao funcionário o direito de ampla defesa, que inclui a possibilidade de acompanhar todos os atos processuais, indicar e inquirir testemunhas, requerer a juntada de documentos e vista dos autos, entre outros.

Letra B: Errada.

O § 2º do Art. 179 estabelece que a autoridade processante não será obrigada a suprir "ex-officio" a omissão do acusado na fase instrutória do processo.

Letra C: Errada.

O Art. 178 prevê que o processo administrativo deve iniciar-se no prazo de oito dias, e não cinco, contados da data do ato que determinou sua instauração.

Letra D: Errada.

Se o acusado se ocultar para evitar a citação, o processo não é suspenso; em vez disso, a citação será feita mediante edital publicado por cinco vezes seguidas, conforme o § 2º do Art. 180.

Letra E: Errada.

A citação do acusado será feita por meio de mandado próprio, sendo o edital utilizado apenas quando o paradeiro do acusado for desconhecido ou ele se ocultar, conforme o Art. 180, § 1º e § 2º.

Gabarito: Letra A.

27) De acordo com a Lei 5.406/69, sobre a revisão de processo administrativo, é correto afirmar que:

- A) A revisão será processada por uma Comissão Processante Permanente ou, a juízo do Secretário de Estado da Segurança Pública, por uma Comissão Especial, sendo impedido de participar quem integrou a comissão do processo original.
- B) O requerente tem o prazo de trinta dias para juntar as provas que tiver ou indicar as que pretende produzir, após a abertura da revisão.
- C) Ao concluir a instrução do processo de revisão, o requerente tem o prazo de cinco dias para apresentar suas alegações perante o secretário da comissão.
- D) O julgamento da revisão deve ocorrer no prazo de quinze dias após o encaminhamento do relatório fundamentado pela Comissão.
- E) Se a revisão for julgada procedente, a Administração pode optar por manter a pena aplicada originalmente, ainda que novas provas apontem para a inocência do punido.

Comentário:

Letra A: Correta.

De acordo com o Art. 199 da Lei 5.406/69, a revisão será processada por uma Comissão Processante Permanente ou, a juízo do Secretário de Estado da Segurança Pública, por uma Comissão Especial. O § 1º do mesmo artigo impede que alguém que integrou a comissão do processo original participe da revisão.

Letra B: Errada.

O prazo para o requerente juntar as provas ou indicar as que pretende produzir é de cinco dias, conforme o Art. 200, e não trinta dias.

Letra C: Errada.

Conforme o Art. 201, após a conclusão da instrução do processo de revisão, o requerente tem o prazo de dez dias para apresentar suas alegações, e não cinco dias.

Letra D: Errada.

O prazo para julgamento da revisão é de trinta dias, conforme o Art. 203, e não quinze dias.

Letra E: Errada.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Se a revisão for julgada procedente, a Administração deve determinar a redução ou cancelamento da pena, conforme o Art. 204, não sendo uma opção manter a pena aplicada originalmente.

Gabarito: Letra A.

28) De acordo com a Lei Complementar nº 129, de 08/11/2013, sobre as atribuições do Gabinete da Chefia e da Academia de Polícia Civil da PCMG, é correto afirmar que:

- A) O Gabinete da Chefia da PCMG é responsável pela seleção e recrutamento de novos servidores para a Polícia Civil de Minas Gerais.
- B) A Academia de Polícia Civil tem como uma de suas finalidades a articulação direta com órgãos públicos federais e estaduais para assegurar apoio técnico.
- C) O Gabinete da Chefia da PCMG é responsável por manter diálogo com os servidores da PCMG e estabelecer um canal de comunicação com representantes sindicais e associações de classe.
- D) A Academia de Polícia Civil não está envolvida na execução de pesquisas técnico-científicas, sendo essa função atribuída exclusivamente ao Instituto de Criminalística.
- E) A função do Gabinete da Chefia da PCMG é restrita à coordenação de atividades administrativas internas, sem envolvimento com a comunicação social ou o atendimento ao público.

Comentário:

Letra A: Errada.

A seleção e recrutamento de novos servidores são funções da Academia de Polícia Civil, conforme o Art. 36, inciso I.

Letra B: Errada.

A articulação com órgãos públicos federais e estaduais é uma função do Gabinete da Chefia da PCMG, conforme o Art. 35, inciso II, e não da Academia de Polícia Civil.

Letra C: Correta.

De acordo com o Art. 35, inciso V, do Capítulo III da Lei Complementar nº 129/2013, o Gabinete da Chefia da PCMG é responsável por manter diálogo com os servidores da PCMG e estabelecer um canal de comunicação com representantes sindicais e associações de classe.

Letra D: Errada.

A Academia de Polícia Civil está envolvida na execução de pesquisas técnico-científicas, conforme o Art. 36, inciso IV, que menciona essa responsabilidade.

Letra E: Errada.

Além de coordenar atividades administrativas, o Gabinete da Chefia da PCMG também está envolvido na comunicação social e no atendimento ao público, conforme o Art. 35, incisos IV e VI.

Gabarito: Letra C.

29) De acordo com a Lei Complementar nº 129, de 08/11/2013, sobre as licenças para tratamento de saúde e por motivo de doença em pessoa da família, é correto afirmar que:

- A) O policial civil licenciado para tratamento de saúde pode dedicar-se a qualquer atividade remunerada, desde que não interfira em sua recuperação.
- B) A licença para tratamento de saúde pode ser concedida sem necessidade de avaliação médica, caso o policial civil apresente atestado médico particular.
- C) A licença por motivo de doença em pessoa da família é concedida por prazo máximo de sessenta dias, sem possibilidade de prorrogação.
- D) A licença por motivo de doença em pessoa da família pode ser prorrogada, sem remuneração, por até cento e vinte dias, após o prazo inicial de noventa dias com vencimentos integrais.
- E) O policial civil acometido de doença grave será licenciado compulsoriamente, mas receberá apenas parte de sua remuneração durante o período de licença.

Comentário:



Letra A: Errada.

O Art. 61 estabelece que o policial civil licenciado para tratamento de saúde não pode dedicar-se a qualquer atividade remunerada.

Letra B: Errada.

A licença para tratamento de saúde depende de inspeção por junta médica oficial, conforme o Art. 62, mesmo para o caso de prorrogação.

Letra C: Errada.

A licença por motivo de doença em pessoa da família é concedida por prazo máximo de noventa dias com vencimentos integrais, com possibilidade de prorrogação, sem remuneração, por até cento e vinte dias, conforme o Art. 65.

Letra D: Correta.

De acordo com o Art. 65, a licença por motivo de doença em pessoa da família pode ser prorrogada, sem remuneração, por até cento e vinte dias, após o prazo inicial de noventa dias com vencimentos integrais.

Letra E: Errada.

O Art. 63 determina que o policial civil acometido de doença grave será compulsoriamente licenciado com vencimento ou remuneração integral e demais vantagens.

Gabarito: Letra D.

30) De acordo com a Lei Complementar nº 129, de 08/11/2013, sobre o estágio probatório do policial civil, é correto afirmar que:

- A) O estágio probatório tem duração de cinco anos, a partir da data da posse, e sua finalidade é a avaliação permanente da aptidão do policial civil para fins de promoção.
- B) A comissão de acompanhamento e avaliação especial de desempenho é composta exclusivamente por Delegados de Polícia da Academia de Polícia Civil.
- C) Durante o estágio probatório, serão avaliados critérios como idoneidade moral, conduta compatível com as atribuições do cargo, eficiência, pontualidade, assiduidade e comprometimento no desempenho de suas atribuições.
- D) A estabilidade do policial civil é declarada automaticamente após o término do estágio probatório, sem necessidade de parecer do Corregedor-Geral de Polícia Civil.
- E) O Conselho Superior da PCMG não tem competência para deliberar sobre a permanência na carreira e a estabilidade do policial civil durante o estágio probatório.

Comentário:

Letra A: Errada.

O estágio probatório tem duração de três anos, conforme o Art. 87, e sua finalidade é a avaliação permanente da aptidão do policial civil para fins de declaração de estabilidade na carreira.

Letra B: Errada.

A comissão de acompanhamento e avaliação especial de desempenho é composta por Delegados de Polícia da Corregedoria-Geral de Polícia Civil, da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária, da Academia de Polícia Civil e por um ocupante da carreira do policial civil, conforme o Art. 88.

Letra C: Correta.

Durante o estágio probatório, são avaliados critérios como idoneidade moral, conduta compatível com as atribuições do cargo, eficiência, pontualidade, assiduidade e comprometimento no desempenho de suas atribuições, conforme o Art. 87, parágrafo único.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Letra D: Errada.

A estabilidade do policial civil não é declarada automaticamente; depende de parecer do Corregedor-Geral de Polícia Civil e de homologação pelo Conselho Superior da PCMG, conforme o Art. 90.

Letra E: Errada.

O Conselho Superior da PCMG tem competência para deliberar sobre a permanência na carreira e a estabilidade do policial civil durante o estágio probatório, conforme o Art. 88, § 2º.

Gabarito: Letra C.

Direito Administrativo

31) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Administração Pública pode ser organizada de forma direta e indireta. A Administração Pública direta compreende os órgãos e entidades que integram a estrutura do Estado, como ministérios, secretarias e autarquias, que atuam de forma centralizada, sob a supervisão direta do governo. Já a Administração Pública indireta é constituída por entidades com personalidade jurídica própria, como empresas estatais, fundações públicas e empresas de economia mista, que operam de forma descentralizada, embora ainda estejam sujeitas ao controle do Estado.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a entidade da administração indireta que se caracteriza pelo serviço autônomo, criado por lei, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

- A) Autarquia.
- B) Empresa pública.
- C) Fundação pública.
- D) Sociedade de economia mista.
- E) Organização da Sociedade Civil.

Comentário:

Decreto-Lei 200/67. Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:

I – **Autarquia** – o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Gabarito: Letra A.

32) De acordo com a Lei nº 8.429/1992, os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade administrativa que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se

- A) comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- B) comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão integralmente pelos danos ocorridos, independente de sua participação.
- C) o ato de improbidade foi realizado por um de seus subordinados, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- D) o ato de improbidade foi realizado por um de seus subordinados, caso em que responderão integralmente pelos danos ocorridos, independente de sua participação.
- E) o ato de improbidade relaciona-se a sua função e não foi prevenido por sua negligência, caso em que responderão integralmente pelos danos ocorridos, independente de sua participação.

Comentário:

LIA. Art. 3º § 1º Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação. (Lei 14.230/21)

Gabarito: Letra A.

33) O Governador do Estado Delta, insatisfeito com as decisões que vinham sendo tomadas por dois órgãos colegiados que atuavam na definição, implementação e avaliação de políticas públicas, cujas atribuições estavam delimitadas em lei e contavam com a participação da sociedade civil, fez editar um Decreto que extinguiu os aludidos órgãos, promovendo, assim, a exoneração dos agentes que neles atuavam.

Para o exercício de tais competências, o Chefe do Poder Executivo editou outro Decreto que criou, no lugar daqueles que foram extintos, um único órgão, cujos cargos deveriam ser ocupados por pessoas mais alinhadas com o seu plano de governo.

Sobre o ato do Governador, considerando os contornos do Poder Regulamentar na CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

- A) Promoveu o uso regular do Poder Regulamentar, enquanto instrumento do Poder Disciplinar, na medida em que os órgãos que integram a Administração Pública devem estar alinhados com o respectivo plano de governo.
- B) Extrapolou os limites do Poder Regulamentar, na medida em que a extinção de órgãos públicos, que tem suas atribuições definidas em lei, não poderia ser objeto de decreto.
- C) Atuou nos limites do Poder Regulamentar, pois os decretos em questão encontram fundamento na Constituição, que confere ao Chefe do Poder Executivo ampla autonomia para inovar no ordenamento jurídico em matéria de organização administrativa.
- D) Ultrapassou os limites do Poder Regulamentar, que confere ao Chefe do Executivo apenas a possibilidade de editar decretos para a fiel execução da lei, notadamente porque não há nenhuma hipótese que admita a inovação no ordenamento jurídico por meio de Decreto com fundamento diretamente na Constituição.
- E) Atuou no regular exercício do Poder Regulamentar, considerando que a Constituição assegura ao Chefe do Executivo a possibilidade de inovar no ordenamento jurídico por meio de decreto sobre os assuntos que sejam de interesse do respectivo Poder, para fins de implementar o plano de governo.

Comentário:

Extrapolou os limites do Poder Regulamentar, na medida em que a extinção de órgãos públicos, que tem suas atribuições definidas em lei, não poderia ser objeto de decreto.

✓ **Decretos e Regulamentos:**

- Estabelecem os procedimentos para a **fiel execução das leis**, ou seja, **explicam** os dispositivos legais;
- **Não podem criar novos direitos e obrigações**, ou seja, **não pode inovar** o direito se **limitando a lei**;
- Tal competência que é dos **Chefes do Poder Executivo** **não pode ser delegada**;
- São considerados **atos normativos secundários**, sendo a **lei ato normativo primário**;
- É possível mediante **decreto ou regulamento** fixar **obrigações derivadas diversas** das obrigações primárias, **desde que estejam em consonância** com o que a Lei impõe;
- São atos de **caráter geral e abstrato**, possuindo destinatários **indeterminados**;
- De acordo com a **Doutrina**, a regulamentação só pode ocorrer em **leis que a administração atue**, ou seja, **leis administrativas**, **não** podendo regulamentar **leis penais ou processuais**;
- A **autorização para editar decretos não precisa está diretamente firmado na Lei**, pois tal ato de editar **vem direto da CF/88**;
- Nos casos em que a **lei depender de decreto**, aquela **só produzirá** seus efeitos **após a edição** deste.

CF/88, Art. 84. Compete **privativamente** ao **Presidente da República**:

IV - **sancionar, promulgar e fazer publicar as leis**, bem como **expedir decretos e regulamentos** para sua **fiel execução**;

✓ **Decretos Autônomos:**

- Editados **privativamente pelo chefe do Executivo**, **não necessitando** de participação do **poder legislativo**;
- São considerados **atos primários**, ou seja, não precisam da criação de uma lei para existir;
- Decorre **direto da CF/88**, tendo a finalidade de **criar normas**;
- Edição de **decretos autônomos** pode ser **delegada** aos **Ministros de Estado, PGR E AGU**;

CF/88, Art. 84. Compete **privativamente** ao **Presidente da República**:

VI – dispor, **mediante decreto**, sobre:

a) **organização e funcionamento da administração federal**, quando **não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção** de órgãos públicos;

b) **extinção** de funções ou cargos públicos, **quando vagos**;

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Parágrafo único. O Presidente da República **poderá delegar** as atribuições mencionadas nos incisos **VI (Decreto Autônomo), XII (Conceder Indulto e Comutar Pena) e XXV (Prover e Desprover cargo), primeira parte**, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Gabarito: Letra B.

34) Após explicar em que consiste a imperatividade, Cláudia foi instada a exemplificar uma situação em que o ato administrativo não é dotado de tal atributo, mesmo que realizado em consonância com o ordenamento jurídico, à luz da juridicidade.

Diante dessa situação hipotética, Cláudia citou corretamente

- A) a aplicação de uma multa.
- B) o embargo de uma obra.
- C) a elaboração de parecer.
- D) a edição de um Decreto.
- E) a determinação de uma limitação administrativa.

Comentário:

- Os atos administrativos **negociais** e os **enunciativos não têm o atributo da imperatividade**.

Atos enunciativos
<p>➤ Os atos enunciativos são atos administrativos que declaram, a pedido do interessado, uma situação jurídica preexistente relativa a um particular, mas não contém uma manifestação de vontade da Administração Pública.</p> <p>✓ Certidão A expedição de uma certidão pela Administração Pública pode ser caracterizada como um ato administrativo declaratório.</p> <p>Com relação às espécies de atos administrativos, são considerados atos administrativos enunciativos a certidão e o parecer.</p> <p>✓ Atestado Atestado é o ato que comprova fatos ou situações transitórias que não constem de arquivos públicos.</p> <p>✓ Parecer Parecer é o ato pelo qual os órgãos consultivos da administração emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência, podendo ter o caráter vinculante.</p> <p>✓ Apostila Apostilas são Atos enunciativos ou declaratórios de uma situação anterior criada por lei. Nesse caso, não cria um direito, mas reconhece a existência de um direito criado por norma legal.</p>

Gabarito: Letra C.

35) Ao analisar as normas atinentes à delegação de serviços públicos, Epifânia verificou que, no advento do termo contratual, o Poder Concedente deve indenizar as concessionárias das parcelas de investimentos vinculados a bens afetados, que ainda não tiverem sido amortizados, para fins de assumir aqueles necessários para a continuidade da atividade. Tal situação é designada de

- A) reversão.
- B) caducidade.
- C) encampação.
- D) intervenção.
- E) rescisão.

Comentário:

Letra A: Correta.

Lei 8.987. Art. 36. A **reversão no advento do termo contratual** far-se-á com a **indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis**, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Lei 8.987. Art. 35. Extingue-se a concessão por:

I – **advento do termo contratual**;

II – **encampação**;

III – **caducidade**;

IV – **rescisão**;

V – **anulação**; e

VI – falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Letra B: Errada.

Lei 8.987. Art. 38. A **inexecução total ou parcial** do contrato **acarretará**, a critério do **poder concedente**, a declaração de **caducidade** da concessão ou a **aplicação das sanções contratuais**, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as **normas convencionadas entre as partes**.

Letra C: Errada.

Lei 8.987. Art. 37. Considera-se **encampação** a **retomada do serviço** pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Letra D: Errada.

Lei 8.987. Art. 32. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Letra E: Errada.

Lei 8.987. Art. 39. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Gabarito: Letra A.

36) Acerca das demandas que têm como objetivo a responsabilização civil do Estado e de seus agentes, à luz do disposto no Art. 37, § 6º, da CRFB/88, da doutrina e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

A) O aludido dispositivo consagra a teoria do risco integral, segundo a qual, o Estado deve ser responsabilizado objetivamente pelos prejuízos causados pelos seus agentes.

B) A culpa concorrente da vítima não caracteriza excludente do nexo de causalidade, mas reflete-se no montante a ser fixado a título de indenização.

C) Caso o Estado seja objetivamente responsabilizado pelos prejuízos ocasionados por seus agentes, não há prazo para o ressarcimento ao erário em sede de ação regressiva, que depende da comprovação do elemento culpa.

D) Nas situações em que vítima opta por ajuizar a ação de responsabilidade civil em face do Estado e do agente público, concomitante, há de ser verificado o elemento culpa para a caracterização do dever de indenizar.

Comentário:

➤ **Teoria do Risco** é dividida em:

✓ **Teoria do Risco Administrativo:** O Estado terá a responsabilidade, porém com **excludentes de responsabilidade**, ou seja, caso a **culpa seja exclusiva da vítima**, o **Estado não se responsabilizará**, ou caso **seja dos dois (concorrente)**, o Estado terá o dever de **reparação atenuado** (diminuído);

✓ **Teoria do Risco Integral:** O Estado **não possui excludentes de responsabilidade**, sendo considerado um **segurador universal**;

Culpa Concorrente

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Ocorre quando as **duas partes** (Vítima e **Agente do Estado**) contribuem para o resultado lesivo, ou seja, **as duas estão erradas**, acarretando **atenuação** ou **diminuição** na indenização.

Gabarito: Letra B.

Direito Constitucional

37) João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi corretamente informado a João que

- A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- B) as opções políticas das maiorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.
- C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitrada por João.
- D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.
- E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitrado por João.

Comentário:

CF - Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Gabarito: Letra D

38) Em uma pequena cidade brasileira, foi praticada uma conduta de grande lesividade social, que rapidamente tomou o noticiário nacional. Para surpresa dos órgãos de segurança pública, essa conduta não era tipificada como crime, o que levou um Deputado Federal a iniciar estudos visando a aprovar uma lei que criminalize esse tipo de prática e ainda punisse o autor da referida conduta, tida como altamente abjeta.

Ao fim de suas reflexões, o Deputado Federal concluiu corretamente que a retroação da futura lei

- A) somente seria permitida em relação à alteração da pena, quer para agravá-la, quer para atenuá-la, o que não seria o caso, já que a conduta não era penalmente tipificada.
- B) somente poderia retroagir, quer para prejudicar, quer para beneficiar o autor do ilícito, se fosse aprovada pela maioria de dois terços dos membros do Poder Legislativo.
- C) irá retroagir, salvo em relação às situações que já tenham sido julgadas, com sentença transitada em julgado.
- D) não pode retroagir em hipótese alguma, quer para prejudicar, quer para beneficiar o autor do ilícito.
- E) somente poderia retroagir para beneficiar o autor do ilícito, jamais para prejudicá-lo.

Comentário:

CF – Art. 5º

XL - a lei penal **não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;**

Gabarito: Letra E

39) Em sede de análise de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, assinale a opção que apresenta, corretamente, um direito previsto na CRFB/88.

- A) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- B) Irredutibilidade salarial, exceto por acordo individual entre empregado e empregador e homologação pelo Poder Judiciário.
- C) Seguro-desemprego nos casos de ruptura do contrato de trabalho por quaisquer das causas previstas em lei.
- D) Licença à empregada gestante, sem prejuízo do emprego e do trabalho, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- E) Participação nos lucros da empresa que deverá compor a remuneração para todos os efeitos.

Comentário:

Letra A – Correto

CF - Art. 7º

XXXIV – **igualdade** de direitos entre o trabalhador com **vínculo empregatício permanente** e o **trabalhador avulso**.

Letra B - Errado

CF - Art. 7º

VI – **irredutibilidade do salário**, **salvo** o disposto em **convenção ou acordo coletivo**;

Letra C - Errado

CF - Art. 7º

II – **seguro-desemprego**, em caso de desemprego **involuntário**;

Letra D - Errado

CF - Art. 7º

XVIII – **licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário**, com a duração de **120 dias**;

Letra E - Errado

CF - Art. 7º

XI – **participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração**, e, **excepcionalmente, participação na gestão da empresa**, conforme definido em lei;

Gabarito: Letra A

40) O Estado Alfa editou a Lei nº X, em matéria de competência legislativa concorrente com a União, em momento no qual este ente federativo ainda não tinha editado nenhuma norma a respeito da temática. Apesar desse diploma normativo ter sido enaltecido pela coletividade, muitos argumentavam com a sua inconstitucionalidade.

À luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que o Estado Alfa

A) não poderia ter editado a Lei nº X enquanto a União não legislasse sobre a temática.

B) somente poderia legislar sobre a temática se houvesse lei complementar autorizando-o.

C) editou corretamente a Lei nº X, e, caso colida com norma geral que venha a ser editada pela União, continuará válida, mas se tornará ineficaz.

D) tinha competência legislativa plena para legislar sobre a temática, sendo que a Lei nº X será tida como revogada quando sobrevier a lei da União.

E) pode legislar sobre a temática, sendo que a Lei nº X tem preeminência, no âmbito do seu território, em relação às normas gerais que venham a ser editadas pela União.

Comentário:

CF - § 3º **Inexistindo lei federal** sobre **normas gerais**, os **Estados** exercerão a **competência legislativa plena**, para atender a suas **peculiaridades**.

§ 4º A **superveniência de lei federal** sobre **normas gerais** **suspende** a **eficácia da lei estadual**, no que lhe for **contrário**.

Gabarito: Letra C

41) Durante mergulho realizado no lago XYZ, que banha os Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, João descobre a existência de recursos naturais de valor econômico elevado. Nesse contexto, os Governadores dos entes federativos supramencionados requerem que as respectivas Procuradorias Estaduais apresentem pareceres quanto à titularidade do lago propriamente dito.

Nesse contexto, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o lago XYZ pertence

- A) ao Estado do Rio de Janeiro, ao Estado de São Paulo e ao Estado de Minas Gerais, proporcionalmente à área ocupada em cada ente federativo.
- B) ao Estado do Rio de Janeiro, por estar a maior parte do espelho d'água do lago localizada no estado.
- C) ao Estado de Minas Gerais, por ser João contratado por esse estado.
- D) ao Estado de São Paulo, por ser o estado com maior densidade populacional.
- E) à União.

Comentário:

CF - Art. 20. São bens da União:

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

Gabarito: Letra E

42) De acordo com a Constituição da República de 1988, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

- A) zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, vedada a expedição de atos regulamentares, em respeito ao Poder Legislativo, e de recomendações, em razão da autonomia do Ministério Público da União e dos Estados;
- B) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;
- C) receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, vedada a avocação de processos disciplinares em curso;
- D) elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no país, bem como elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público da União e dos Estados, dentro dos limites estabelecidos na respectiva lei de diretrizes orçamentárias;
- E) rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de cinco anos e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de contribuição e aplicar outras sanções administrativas.

Comentário:

Letra A - Errada

CF - Art. 130-A

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

Letra B - Correta

CF - Art. 130-A

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

II **zelar** pela observância do art. 37 e **apreciar**, de **ofício ou mediante provocação**, a **legalidade dos atos administrativos** praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

Letra C - Errada

CF - Art. 130-A

§ 2º Compete ao **Conselho Nacional do Ministério Público** o controle da **atuação administrativa e financeira** do Ministério Público e do **cumprimento dos deveres funcionais** de seus membros, cabendo lhe:

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, **podendo avocar processos disciplinares em curso**, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

Letra D - Errada

CF - Art. 127.

§ 3º **O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária** dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Letra E - Errada

CF - Art. 130-A

§ 2º Compete ao **Conselho Nacional do Ministério Público** o controle da **atuação administrativa e financeira** do Ministério Público e do **cumprimento dos deveres funcionais** de seus membros, cabendo lhe:

IV rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados **há menos de um ano**;

Gabarito: Letra B

Direito Penal

43) Mévio, superior hierárquico de Tício, Oficial de Justiça, solicitou que ele alterasse o teor de determinada certidão em mandado de busca e apreensão. Apesar de ter conhecimento de que a conduta não era correta, Tício atendeu a solicitação de Mévio, já que este era seu superior hierárquico e os dois eram também amigos de infância. Descobertos os fatos, foi instaurado procedimento investigatório, razão pela qual Tício procura seu advogado para esclarecimentos.

Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Tício deverá esclarecer que sua conduta configura:

- A) fato típico, ilícito e culpável;
- B) fato típico, mas não ilícito, em razão do estrito cumprimento do dever legal;
- C) fato típico, mas não ilícito, em razão da obediência hierárquica;
- D) fato típico e ilícito, mas não culpável, em razão da obediência hierárquica;
- E) fato típico e ilícito, mas não culpável, em razão da coação moral irresistível.

Comentário:

A questão analisa a conduta de Tício, que, a pedido de seu superior hierárquico e amigo de infância, alterou uma certidão, mesmo sabendo que essa ação era incorreta. O foco está em determinar se a conduta de Tício é típica, ilícita e culpável, e se há alguma excludente de culpabilidade aplicável ao caso.

Análise das alternativas:

Letra A – Correta

A conduta de Tício configura um fato típico, pois ele cometeu um ato que se enquadra como crime ao alterar a certidão. O ato é também ilícito, uma vez que não há justificativa legal para a alteração da certidão. Por fim, a conduta é culpável, já que Tício tinha conhecimento de que a conduta não era correta, mas ainda assim a realizou. A obediência hierárquica, que poderia ser uma excludente de culpabilidade, não se aplica aqui porque a ordem recebida era manifestamente ilegal e Tício tinha ciência disso.

Letra B – Errada

O estrito cumprimento do dever legal poderia excluir a ilicitude em situações em que o agente está apenas cumprindo seu dever conforme a lei. No entanto, alterar o teor de uma certidão a pedido de um superior não se enquadra como cumprimento do dever legal, especialmente porque Tício sabia que a conduta era incorreta.

Letra C - Errada

A obediência hierárquica pode, em alguns casos, excluir a ilicitude ou a culpabilidade da conduta. No entanto, para que isso ocorra, a ordem do superior não deve ser manifestamente ilegal. Como Tício sabia que a conduta não era correta, ele não pode alegar obediência hierárquica para afastar a ilicitude de seu ato.

Letra D – Errada

A obediência hierárquica poderia afastar a culpabilidade em situações em que o subordinado segue uma ordem que não é manifestamente ilegal, e ele não tem conhecimento da incorreção da ordem. No caso de Tício, ele sabia que o pedido de seu superior era incorreto, o que impede a aplicação dessa excludente de culpabilidade.

Letra E – Errada

A coação moral irresistível ocorre quando uma pessoa é forçada a cometer um crime devido a uma ameaça ou pressão insuportável. Não há indicação nos fatos de que Tício tenha sido coagido de maneira irresistível a cometer o crime; ele agiu por vontade própria, mesmo sabendo que a conduta era errada.

Conclusão

O advogado de Tício deverá esclarecer que sua conduta configura um **fato típico, ilícito e culpável**. A obediência hierárquica não se aplica como excludente de culpabilidade neste caso, pois Tício tinha pleno conhecimento de que a ordem que seguiu era manifestamente ilegal.

Gabarito: Letra A

44) Acerca do concurso de agentes, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Código Penal vigente adota a teoria monista estrita quanto ao concurso de agentes.
II. A cooperação dolosamente distinta implica no fato de que, embora um dos agentes tenha almejado praticar infração penal menos grave do que o resultado pretendido e concretizado pelos demais agentes, todos os concorrentes responderão solidariamente pelo fato concretizado, ainda que mais grave.
III. A participação do agente na infração penal pode ocorrer desde a fase da cogitação até a consumação, porém, a relevância penal da conduta do partícipe é condicionada, salvo disposição em contrário, ao ingresso do autor na fase da execução.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) I e III, apenas.
E) II e III, apenas.

Comentário:

A questão aborda o concurso de agentes no Direito Penal, examinando conceitos relacionados à teoria monista, cooperação dolosamente distinta e a relevância da participação do agente na infração penal.

Análise das afirmativas:

Item I – Errado

O Código Penal adota a teoria monista ou unitária em relação ao concurso de agentes, significando que todos os envolvidos no crime são tipificados sob o mesmo delito. No entanto, a afirmativa está errada ao dizer que a teoria é adotada de forma "estrita", pois o próprio Código Penal admite exceções, aplicando a teoria pluralista em certos casos, onde os envolvidos podem responder por crimes distintos. Portanto, a afirmativa I está incorreta.

Item II – Errado

Conforme o art. 29, §2º, do Código Penal, na cooperação dolosamente distinta, o agente que quis participar de um crime menos grave responde por esse crime, com a pena sendo aumentada até metade se o resultado mais grave era previsível. Portanto, a afirmativa II está errada ao afirmar que todos os concorrentes responderiam solidariamente pelo fato mais grave.

Item III – Correto

O art. 31 do Código Penal dispõe que o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado. Isso significa que a relevância penal da participação do agente está condicionada à entrada do autor na fase de execução do crime.

Análise das alternativas:

Gabarito: Letra C

45) Kátia, namorada de Lizandra, em um restaurante, inconformada com o anúncio desta de que deseja pôr fim ao relacionamento amoroso, desfere-lhe facadas, com o intuito de matá-la, deixando em seguida o local. Socorrida por terceiros, Lizandra é hospitalizada, vindo o enfermeiro Miguel, por descuido, a trocar a medicação prescrita à paciente, aplicando-lhe substância diversa, que lhe provoca a morte, por choque anafilático.

Diante do caso narrado, Kátia deverá responder por:

- A) feminicídio e Miguel, por homicídio culposo;
B) tentativa de feminicídio e Miguel, por homicídio culposo;
C) tentativa de feminicídio e Miguel, por homicídio doloso;
D) lesão corporal qualificada e Miguel, por homicídio doloso;
E) lesão corporal qualificada e Miguel, por homicídio culposo.

Comentário:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

A questão aborda uma situação complexa em que Kátia, após desferir facadas em Lizandra com intenção de matá-la, deixa o local. Lizandra é hospitalizada e, por um erro do enfermeiro Miguel, que troca a medicação prescrita, ela morre devido a um choque anafilático. O desafio é determinar a responsabilidade penal de Kátia e de Miguel diante dos fatos narrados, considerando a teoria da causalidade adequada e as concausas.

Análise das alternativas:

Letra A - Errada

Feminicídio é um homicídio qualificado pelo contexto de violência doméstica, familiar ou menosprezo pela condição de mulher. No entanto, para Kátia responder por feminicídio consumado, é necessário que o resultado morte seja diretamente imputável à sua conduta, sem que o nexo causal seja rompido. Neste caso, o erro médico de Miguel, ao trocar a medicação, se apresenta como uma causa superveniente que poderia romper o nexo causal. Portanto, não se pode afirmar que Kátia responderá por feminicídio consumado.

Letra B - Correta

Kátia responderá por tentativa de feminicídio, pois sua intenção de matar Lizandra não foi diretamente responsável pelo resultado morte, já que o erro médico de Miguel interveio como uma causa superveniente. Conforme a teoria da causalidade adequada, Miguel responderá por homicídio culposo, pois a morte decorreu de sua negligência ao trocar a medicação.

Letra C - Errada

Miguel não agiu com dolo ao causar a morte de Lizandra, uma vez que o erro cometido foi por descuido, configurando, portanto, culpa e não dolo.

Letra D - Errada

Kátia não cometeu apenas uma lesão corporal, pois seu objetivo era matar Lizandra, configurando tentativa de feminicídio. Além disso, Miguel não agiu com dolo, mas sim com culpa, ao cometer o erro na medicação.

Letra E - Errada

Pois, como mencionado anteriormente, a intenção de Kátia era matar Lizandra, o que caracteriza tentativa de feminicídio e não apenas lesão corporal. Miguel, de fato, responderia por homicídio culposo, mas a responsabilidade de Kátia não seria apenas por lesão corporal.

Gabarito: Letra B

46) Tício e Mévia vivem em união estável há cinco anos, e têm um filho de dois anos de idade. Em um determinado dia, após chegar do trabalho, Tício constringe a sua companheira, mediante o emprego de uma faca, a ter conjunção carnal e a praticar, no mesmo contexto fático, outros atos libidinosos, como felação e sexo anal. Na data subsequente, a mulher se encaminha à unidade policial mais próxima e dá ciência dos fatos ao delegado de polícia, que instaura um inquérito policial em detrimento de Tício.

Considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Tício responderá pela prática do(s) crime(s) de:

- A) violação sexual mediante fraude, duas vezes, em concurso material, com a incidência de causa de aumento de pena, pois o sujeito ativo é companheiro da vítima;
 - B) estupro de vulnerável, duas vezes, em concurso material, com a incidência de causa de aumento de pena, pois o sujeito ativo é companheiro da vítima;
 - C) estupro, uma vez, com a incidência de causa de aumento de pena, pois o sujeito ativo é companheiro da vítima;
 - D) estupro e atentado violento ao pudor, em concurso material, sem a incidência de causas de aumento de pena;
 - E) estupro de vulnerável, uma vez, sem a incidência de causas de aumento de pena.
-

Comentário:

CP - Art. 213. **Constringer** alguém, mediante **violência ou grave ameaça**, a ter **conjunção carnal** ou a **praticar** ou **permitir** que com ele se pratique outro **ato libidinoso**:

Pena – **reclusão**, de **6 a 10 anos**.

Art. 226. A pena é **umentada**:

II - de **metade**, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela;

Gabarito: Letra C

47) Para vencer a concorrência no mercado profissional, Jacó, advogado, solicitou a um potencial cliente o pagamento de acréscimo de 20% no valor dos honorários, sob a promessa de que a quantia garantiria o sucesso em sua demanda, pois seria repassada ao magistrado com o fim de influenciar o julgamento da respectiva ação judicial. O pagamento não chegou a ser feito e o cliente acabou optando por contratar formalmente os serviços de Mateus, também advogado, que solicitara o pagamento de acréscimo no valor de apenas 10% dos honorários, sob a mesma insinuação.

Diante de tal situação hipotética, nos termos da legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- A) Jacó praticou ato penalmente atípico, porque a proposta não chegou a ser efetivamente aceita pelo cliente.
- B) Jacó praticou ato penalmente atípico, porque a quantia não chegou a ser efetivamente paga pelo cliente.
- C) Mateus praticou o crime de corrupção ativa na modalidade tentada.
- D) Mateus praticou o crime de exploração de prestígio, que deverá ter a pena aumentada em razão da alegação de que o pagamento solicitado era destinado ao magistrado.
- E) Jacó praticou o crime de tráfico de influência, devendo ter a pena aumentada em razão da consumação formal do acordo.

Comentário:

CP - Art. 357 – **Solicitar** ou **receber** dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único – As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

Gabarito: Letra D

Direito Processual Penal

48) Caio e Matheus, policiais militares, foram orientados, pelo superior hierárquico, para que realizassem patrulhamento de rotina na região XYZ do Município Alfa. Ao se dirigirem ao local, os agentes da lei, por coincidência, depararam com Tício apontando uma faca para Maria e exigindo-lhe a entrega de um telefone celular. Desta forma, os policiais militares capturaram Tício em flagrante e, na sequência, o encaminharam à Delegacia de Polícia.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que se está diante de um flagrante

- A) preparado.
- B) impróprio.
- C) esperado.
- D) próprio.
- E) forjado.

Comentário:

CPP. Art. 302. Considera-se em **flagrante delito** quem:

I - está cometendo a infração penal; (**Flagrante Próprio**);

II - acaba de cometê-la; (**Flagrante Próprio**);

III - é **perseguido, logo após**, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça **presumir ser autor da infração**; (**Flagrante Impróprio**);

IV - é **encontrado, logo depois**, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam **presumir** ser ele autor da infração. (**Flagrante Presumido**);

Gabarito: Letra D.

49) Considerando o regramento legal brasileiro previsto no Código de Processo Penal atinente à cadeia de custódia, assinale a afirmativa incorreta.

- A) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- B) A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes etapas: reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte.
- C) A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- D) A etapa de “fixação” da cadeia de custódia está definida em lei como a descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento.
- E) A definição de “vestígio”, segundo a legislação processual brasileira, é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

Comentário:

Letra A: Correta.

CPP. Art. 158-A.

§ 1º O **início** da cadeia de custódia dá-se com a **preservação do local** de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.

Letra B/D: Corretas.

CPP. Art. 158-B. A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio nas seguintes **etapas**:

I - **reconhecimento**: ato de **distinguir um elemento como de potencial interesse** para a produção da prova pericial;

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

II - **isolamento**: ato de evitar que se altere o estado das coisas, devendo **isolar e preservar** o ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime;

III - **fixação**: **descrição detalhada do vestígio** conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento;

IV - **coleta**: **ato de recolher o vestígio** que será submetido à análise pericial, respeitando suas características e natureza;

V - **acondicionamento**: procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é **embalado de forma individualizada**, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento;

VI - **transporte**: **ato de transferir o vestígio de um local para o outro**, utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse;

VII - **recebimento**: **ato formal de transferência da posse do vestígio**, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu;

VIII - **processamento**: **exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada** às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito;

IX - **armazenamento**: procedimento referente à **guarda**, em condições adequadas, **do material a ser processado**, guardado para realização de contraperícia, descartado ou transportado, com vinculação ao número do laudo correspondente;

X - **descarte**: procedimento referente à **liberação do vestígio**, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial.

Letra C: Errada.

CPP. Art. 158-C. A coleta dos vestígios deverá ser realizada **preferencialmente** por **perito oficial**, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, **mesmo quando for necessária** a realização de **exames complementares**.

Letra E: Correta.

CPP. Art. 158-A.

§ 3º **Vestígio** é todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal.

Gabarito: Letra C.

50) Após receber informações sobre suposta prática de homicídio, a autoridade policial chegou no local para realizar diligências. Ocorre que, após a liberação dos peritos criminais, a autoridade policial esqueceu de apreender a arma de fogo deixada no local do crime.

Nesse aspecto, é correto afirmar que

A) as diligências no local foram corretamente realizadas pela autoridade policial.

B) agiu corretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo, era prescindível mandado judicial.

C) caberia à autoridade policial apreender os objetos que tivessem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais, e colher provas que servissem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, dentre outras diligências.

D) caberia aos peritos criminais decidir sobre a apreensão da arma de fogo no local.

E) agiu incorretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo dependeria de autorização judicial.

Comentário:

CPP

Art. 6º. Logo que tiver **conhecimento da prática** da infração penal, a **autoridade policial deverá:**

I - **dirigir-se ao local**, providenciando para que **não se alterem o estado e conservação** das coisas, **até a chegada dos peritos criminais;**

II - **apreender os objetos** que tiverem relação com o **fato, após liberados** pelos **peritos criminais;**

III - colher todas as **provas** que **servirem** para o **esclarecimento do fato** e suas **circunstâncias;**

Gabarito: Letra C

51) Jonas, adolescente, foi ofendido por Tício, Mévio e Petrônio, maiores e capazes, que proferiram diversos xingamentos em seu desfavor. O genitor de Jonas procurou um advogado, que sugeriu o ajuizamento de uma ação penal de iniciativa privada, por meio de uma queixa-crime, em detrimento dos autores da infração penal. Nada obstante, antes de adotar qualquer providência, o infante e seu pai debateram sobre os benefícios e malefícios inerentes ao manejo da ação e à renúncia ao direito de queixa. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a:

A) queixa deverá ser oferecida no prazo de três meses, a contar do dia das ofensas, sob pena de decadência;

B) queixa, salvo quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo;

C) renúncia expressa constará de declaração assinada pelo representante legal do ofendido ou procurador com poderes gerais;

D) queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o juiz velará pela sua indivisibilidade;

E) renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

Comentário:

CPP

Letra A – Errada

Art. 38. Salvo disposição em contrário, o **ofendido**, ou seu **representante legal, decairá** no direito de queixa ou de representação, **se não o exercer** dentro do prazo de **seis meses**, contado do **dia em que vier a saber quem é o autor do crime**, ou, no caso do art. 29, do **dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia**.

Letra B – Errada

Art. 45. A **queixa, ainda** quando a **ação penal** for **privativa** do ofendido, poderá ser **aditada** pelo **Ministério Público**, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.

Letra C – Errada

Art. 50. A renúncia expressa constará de declaração assinada pelo ofendido, por seu representante legal ou procurador com poderes **especiais**.

Letra D – Errada

Art. 48. A **queixa** contra qualquer dos autores do crime **obrigará ao processo de todos**, e o **Ministério Público** velará pela sua **indivisibilidade**.

Letra E – Correta

Art. 49. A **renúncia** ao exercício do **direito de queixa**, em relação a **um dos autores do crime**, a **todos se estenderá**.

Gabarito: Letra E

52) Honório, 12 meses após tomar conhecimento de que Alarico atentou contra a sua honra, ajuizou contra este queixa-crime, por intermédio de advogado com a devida procuração, imputando a Alarico o delito de difamação.

Contudo, referida queixa-crime deve ser rejeitada pelo juízo em razão da ocorrência de:

- A) perempção do direito de queixa;
 - B) prescrição do delito de difamação;
 - C) decadência do direito de queixa;
 - D) renúncia tácita ao direito de queixa;
 - E) perdão tácito ao querelado.
-

Comentário:

CPP. Art. 38. Salvo disposição em contrário, o **ofendido**, ou seu **representante legal**, **decairá** no direito de queixa ou de representação, **se não o exercer** dentro do prazo de **seis meses**, contado do **dia em que vier a saber quem é o autor do crime**, ou, no caso do art. 29, do **dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia**.

Gabarito: Letra C.

Legislação Penal e Processual Extravagante

53) Sávio, delegado de polícia, relata um inquérito policial que tem por objeto a prática, em novembro de 2023, de um crime hediondo praticado por Fabiano. A autoridade policial aproveita a oportunidade para ler, nas nuances, a legislação de regência, atualizando-se sobre a temática.

Em observância às disposições da Lei n.º 8.072/1990, Fabiano praticou o crime de:

- A) tráfico ilícito de entorpecentes, na modalidade privilegiada;
- B) roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca;
- C) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- D) condescendência criminosa;
- E) tráfico de influência.

Comentário:

Lei 8.072/90. Art. 1º São considerados **hediondos** os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

IX - **furto qualificado** pelo emprego de **explosivo** ou de **artefato análogo** que cause **perigo comum** (art. 155, § 4º-A).

Gabarito: Letra C.

54) Um indivíduo, na condução de veículo automotor, sem ser devidamente habilitado, envolve-se em acidente de trânsito e, sem que tenha dado causa ao evento, foge do local sem prestar qualquer socorro ao outro motorista, que ficou lesionado. Nesse caso, é correto afirmar que

- A) o indivíduo somente pode responder pelo crime do art. 304 do CTB.
- B) o indivíduo deve responder pelo crime do art. 304 e pelo crime do art. 305, eis que fugiu do local do acidente para evitar a responsabilização civil ou criminal.
- C) o indivíduo deve responder pelos crimes dos arts. 304 e 305 e pelo crime do art. 309 do CTB, ainda que estivesse conduzindo o veículo de forma regular.
- D) o indivíduo deve responder somente pelo crime do art. 309 do CTB, eis que não deu causa ao acidente.

Comentário:

CTB/97 Art. 304. **Deixar o condutor do veículo**, na ocasião do acidente, de **prestar imediato socorro à vítima**, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública:

Penas - **detenção**, de **seis meses a um ano**, ou **multa**, se o fato não constituir elemento de crime mais grave.

CTB/97 Art. 305. **Afastar-se o condutor do veículo do local do acidente**, **para fugir à responsabilidade penal ou civil que lhe possa ser atribuída**:

Penas - **detenção**, de **seis meses a um ano**, ou **multa**.

CTB/97 Art. 309. Dirigir veículo automotor, em via pública, **sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação** ou, ainda, **se cassado o direito de dirigir**, **gerando perigo de dano**:

Penas - **detenção**, de **seis meses a um ano**, ou multa.

Crime de Perigo - Tipos	
Perigo Concreto	Perigo Abstrato
Para o delito ser consumado a partir da conduta do agente, exige-se prova da efetiva probabilidade do dano ocorrer ao bem jurídico tutelado .	A simples conduta do agente já presume o perigo, não precisando comprovar a probabilidade de dano ao caso concreto.
Artigos do CTB: 308, 309 , 311.	Artigos do CTB: 304, 305, 306, 307, 310 e 312.

Gabarito: Letra A.

55) Marcos é membro de religião que faz uso, em contexto ritualístico-religioso, de bebida conhecida como ayahuasca, com propriedades psicotrópicas, extraída a partir das plantas amazônicas arbusto chacrona e cipó mariri.

Marcos realiza o cultivo de tais plantas e prepara a referida bebida em terreno de sua propriedade, para apenas seu uso posterior e dos membros de sua comunidade religiosa nas cerimônias de culto.

Com base no disposto na Lei nº 11.343/2006, o plantio, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais se podem extrair substâncias psicotrópicas são

- A) proibidos, de modo absoluto, em todo o território nacional, ainda que para fins de uso estritamente ritualístico-religioso, sendo tal conduta considerada crime.
- B) permitidos para consumo próprio do cultivador, independentemente se com finalidade recreativa ou ritualística, não constituindo atualmente conduta tipificada como crime.
- C) permitidos tanto para uso próprio de Marcos em contexto estritamente ritualístico-religioso, como para seu compartilhamento com os outros membros da mesma religião em contexto ritual.
- D) permitidos apenas para uso próprio de Marcos em contexto estritamente ritualístico-religioso, mas configurando crime a conduta de compartilhamento dessa bebida com os outros membros da mesma religião em contexto ritual.
- E) permitidos, desde que Marcos obtenha prévia licença do estado em que está situado seu imóvel para a confecção dessa bebida para uso estritamente ritualístico-religioso.

Comentário:

Lei 11.343/2006 Art. 2º Ficam **proibidas**, em **todo o território nacional**, as **drogas**, bem como o **plantio**, a **cultura**, a **colheita** e a **exploração de vegetais** e substratos dos quais possam ser extraídas ou **produzidas drogas**, **ressalvada** a hipótese de **autorização legal** ou regulamentar, bem como o que estabelece a **Convenção de Viena**, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, **a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso**.

Gabarito: Letra C.

56) Relativamente à investigação criminal e aos meios de obtenção da prova nos crimes relativos às organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013), é correto afirmar que:

- A) deverá o juiz participar das negociações para a formação do acordo de colaboração premiada, se o benefício concedido ao colaborador for o perdão judicial;
- B) serão nulas de pleno direito, no acordo de colaboração premiada, as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória;
- C) será possível ao juiz receber a denúncia com fundamento somente nas declarações do colaborador, mas não poderá proferir sentença condenatória com base nas referidas declarações;
- D) poderá o juiz decretar de ofício a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;
- E) será o retardamento da intervenção policial ou administrativa, na ação controlada, comunicado previamente ao Ministério Público que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao juiz competente.

Comentário:

Letra A: Errada.

Lei 12.850/2013 Art. 4º § 6º **O juiz não participará** das negociações realizadas **entre as partes** para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o **delegado de polícia**, o **investigado** e o **defensor**, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o **Ministério Público** e o **investigado** ou **acusado** e seu **defensor**.

Letra B: Correta.

Lei 12.850/2013 Art. 4º § 7º-B. São **nulas** de pleno direito as previsões de **renúncia ao direito de impugnar** a decisão homologatória.

Letra C: Errada.

Lei 12.850/2013 Art. 4º § 16. **Nenhuma** das seguintes medidas será **decretada** ou proferida com fundamento **apenas** nas **declarações do colaborador**:

- I - **medidas cautelares reais ou pessoais**;
- II - **recebimento de denúncia** ou **queixa-crime**;
- III - **sentença condenatória**.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Letra D: Errada.

Lei 12.850/2013 Art. 10. A **infiltração de agentes de polícia** em tarefas de investigação, **representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público**, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa **autorização judicial**, que estabelecerá seus limites.

Letra E: Errada.

Lei 12.850/2013 Art. 8º § 1º O **retardamento** da intervenção policial ou administrativa será **previamente comunicado ao juiz competente** que, se for o caso, estabelecerá os seus **limites** e comunicará ao **Ministério Público**.

Gabarito: Letra B.

Noções de Direitos Humanos

57) Os Direitos Humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade.

Sobre as características dos Direitos Humanos, é correto afirmar que

- A) Os Direitos Humanos são universais, entretanto se destinam as pessoas que cumprem as normas vigente.
- B) As pessoas podem renunciar aos seus Direitos Humanos, caso não configure risco a sua vida.
- C) Existe a possibilidade de alienar os Direitos Humanos pela fixação de pena pecuniária ao transgressor da norma.
- D) Os Direitos Humanos são frutos do processo histórico, sendo reconhecidos gradativamente ao passar dos anos.
- E) A divisibilidade dos Direitos Humanos decorre da possibilidade de identificar normas esparsas que tutelam bens jurídicos diversos.

Comentário:

A) Os Direitos Humanos são universais, entretanto se destinam as pessoas que cumprem as normas vigente.

Incorreta. Os Direitos Humanos são universais e se aplicam a todas as pessoas, independentemente do cumprimento ou não das normas vigentes. Eles não estão condicionados ao comportamento ou à conformidade com leis específicas.

B) As pessoas podem renunciar aos seus Direitos Humanos, caso não configure risco a sua vida.

Incorreta. Os Direitos Humanos são inalienáveis, o que significa que as pessoas não podem renunciá-los, mesmo que desejem. Esses direitos pertencem a todos por serem humanos e não podem ser voluntariamente cedidos ou negados.

C) Existe a possibilidade de alienar os Direitos Humanos pela fixação de pena pecuniária ao transgressor da norma.

Incorreta. Os Direitos Humanos não são alienáveis. A fixação de uma pena pecuniária para uma infração não aliena os direitos humanos da pessoa.

D) Os Direitos Humanos são frutos do processo histórico, sendo reconhecidos gradativamente ao passar dos anos.

Correta. Esta afirmação está correta. Os Direitos Humanos evoluíram ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais. Eles foram reconhecidos progressivamente em resposta a necessidades históricas e lutas por justiça e igualdade.

E) A divisibilidade dos Direitos Humanos decorre da possibilidade de identificar normas esparsas que tutelam bens jurídicos diversos.

Incorreta. Os Direitos Humanos são indivisíveis, o que significa que todos os direitos são interdependentes e igualmente importantes. Não podem ser separados ou divididos em categorias de maior ou menor importância.

Gabarito: Letra D.

58) Sobre o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, assinale a afirmativa correta.

- A) O referido pacto foi adotado pelos países integrantes da OEA, após o fim da ditadura civil-militar, ocorrida em diversos países da América Latina.
- B) O direito à vida privada é um direito cultural absoluto, que não possui ressalvas nos artigos do mencionado pacto internacional.
- C) A observância dos direitos sociais pelos Estados deve ocorrer de forma imediata, sob pena da adoção de sanções severas em âmbito internacional.
- D) Diferente do Pacto dos direitos civis e políticos, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais possui aplicação progressiva pelos Estados.
- E) Este Pacto limitou a incidência da Declaração Universal de Direitos Humanos, cujos dispositivos possuíam alcance mais amplo e irrestrito dos direitos previstos.

Comentário:

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Vamos analisar cada uma das alternativas com base nas informações que você forneceu sobre o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC):

Análise das Alternativas:

A) O referido pacto foi adotado pelos países integrantes da OEA, após o fim da ditadura civil-militar, ocorrida em diversos países da América Latina.

Incorreta. Esta alternativa confunde o PIDESC com o Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), que foi adotado no contexto da Organização dos Estados Americanos (OEA). O PIDESC, por outro lado, foi adotado pela ONU após a Segunda Guerra Mundial e pertence ao Sistema Global/Onusiano, não tendo relação direta com a OEA ou com os contextos específicos das ditaduras na América Latina.

B) O direito à vida privada é um direito cultural absoluto, que não possui ressalvas nos artigos do mencionado pacto internacional.

Incorreta. Não existem direitos absolutos no contexto dos direitos humanos, nem mesmo o direito à vida privada. O PIDESC, assim como outros tratados de direitos humanos, reconhece que direitos podem ter restrições baseadas em circunstâncias justificadas. Além disso, a vida privada não é classificada como um "direito cultural absoluto" no pacto.

C) A observância dos direitos sociais pelos Estados deve ocorrer de forma imediata, sob pena da adoção de sanções severas em âmbito internacional.

Incorreta. O PIDESC estabelece que os direitos econômicos, sociais e culturais devem ser implementados de forma progressiva, de acordo com o máximo de recursos disponíveis de cada Estado. Não há menção de que os Estados devem adotar esses direitos de forma imediata ou que enfrentariam sanções severas se não o fizerem.

D) Diferente do Pacto dos direitos civis e políticos, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais possui aplicação progressiva pelos Estados.

Correta. Esta alternativa é correta. O PIDESC requer que os Estados adotem medidas para assegurar progressivamente o pleno exercício dos direitos econômicos, sociais e culturais, conforme o artigo 2º, item 1. Isso contrasta com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, que exige a aplicação imediata dos direitos civis e políticos.

E) Este Pacto limitou a incidência da Declaração Universal de Direitos Humanos, cujos dispositivos possuíam alcance mais amplo e irrestrito dos direitos previstos.

Incorreta. Esta afirmação é errada. O PIDESC não limitou a incidência da Declaração Universal dos Direitos Humanos; na verdade, ambos os documentos são complementares. A Declaração Universal estabelece princípios gerais de direitos humanos, enquanto o PIDESC detalha e aprofunda os direitos econômicos, sociais e culturais.

Gabarito: Letra D.

59) Inês, estudiosa dos direitos afetos a todas as pessoas humanas, realizou alentada pesquisa a respeito da forma como cada Estado de Direito pode criminalizar e penalizar certas condutas.

Ao final de suas pesquisas, concluiu corretamente que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos,

A) cada Estado de Direito somente pode criminalizar condutas que configurem crimes no âmbito do Direito Internacional.

B) é vedado que uma pessoa seja acusada de crime que, no momento da ação ou omissão, não era considerado como tal pela lei.

C) a lei que aumente a pena cominada a algum crime somente pode ser aplicada à conduta praticada em momento anterior à sua vigência em casos graves.

D) deve ser assegurada a toda pessoa o direito de provar a sua inocência, de modo a afastar a presunção de culpabilidade decorrente do ajuizamento da ação penal.

Comentário:

DUDH.

Artigo 11

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, **não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional**. Também **não será imposta** pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Gabarito: Letra B.

60) Assinale a alternativa que contém uma informação correta a respeito do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, nos termos do que prevê o Decreto nº 6.949/09, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

A) O Comitê entrou em vigor com 18 membros, podendo ser acrescido de mais seis membros ao alcançar 60 ratificações ou adesões.

B) Os membros desse Comitê são eleitos por votação aberta e justificada em sessões da Conferência dos Estados Partes, a partir de uma lista de pessoas designadas pelos Estados Partes entre seus nacionais.

C) O Comitê tem liberdade para estabelecer suas próprias normas de procedimento.

D) Em caso de morte, demissão ou declaração de um membro de que, por algum motivo, não poderá continuar a exercer suas funções, o Estado Parte que o tiver indicado não terá direito de designar um outro perito abrindo-se imediatamente novas eleições.

E) O mandato dos membros eleitos na primeira eleição expirou ao fim de quatro anos da vigência da Convenção.

Comentário:

Artigo 34

Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

2. O Comitê será constituído, **quando da entrada em vigor da presente Convenção, de 12 peritos**. Quando a presente Convenção alcançar **60 ratificações ou adesões**, o Comitê será **acrescido em seis membros**, perfazendo o **total de 18 membros**. (LETRA A)

5. Os membros do Comitê serão eleitos por **votação secreta** em sessões da Conferência dos Estados Partes, a partir de uma **lista de pessoas designadas** pelos Estados Partes entre seus nacionais. Nessas sessões, cujo quórum será de **dois terços** dos Estados Partes, os candidatos eleitos para o Comitê serão aqueles que obtiverem o **maior número de votos** e a **maioria absoluta** dos votos dos representantes dos Estados Partes presentes e votantes. (LETRA B)

7. Os membros do Comitê serão eleitos para **mandato de quatro anos**, podendo ser candidatos à **reeleição uma única vez**. **Contudo, o mandato de seis dos membros eleitos na primeira eleição expirará ao fim de dois anos; imediatamente após a primeira eleição**, os nomes desses seis membros serão **selecionados por sorteio** pelo presidente da sessão a que se refere o parágrafo 5 deste Artigo. (LETRA E)

9. Em caso de morte, demissão ou declaração de um membro de que, por algum motivo, não poderá continuar a exercer suas funções, o **Estado Parte que o tiver indicado designará um outro perito** que tenha as qualificações e satisfaça aos requisitos estabelecidos pelos dispositivos pertinentes deste Artigo, para concluir o mandato em questão. (LETRA D)

10. O Comitê estabelecerá suas **próprias normas** de procedimento. (LETRA C)

Gabarito: Letra C.

Noções de Medicina Legal

61) No que tange aos exames no âmbito da medicina legal, em relação às contusões, assinale a afirmativa incorreta.

- A) A rubefação é a lesão mais simples das produzidas por ação contundente.
- B) A tumefação é causada por um trauma mais intenso e se traduz por elevação e palidez da pele na área do impacto.
- C) A equimose é a infiltração do sangue nas malhas dos tecidos e, em geral, deve-se à rotura de capilares, vênulas e arteríolas, mas pode se formar também por diapedese.
- D) As equimoses são resultantes de lesões apenas superficiais, e, portanto, não podem ser profundas nem viscerais.
- E) A equimose é chamada de petéquia, sugilação ou sufusão de acordo com a sua forma.

Comentário:

A) Correto. A rubefação é realmente a lesão mais simples, caracterizada por vermelhidão da pele devido à vasodilatação local.

B) Correto. A tumefação é uma lesão contundente que provoca inchaço (elevação) e pode causar palidez na pele devido ao acúmulo de líquido ou sangue na área do impacto.

C) Correto. A equimose é uma lesão caracterizada pela infiltração de sangue nos tecidos, geralmente causada por ruptura de pequenos vasos, e pode se formar por diapedese (extravasamento de células sanguíneas sem rompimento dos vasos).

D) Incorreto. Essa afirmação é falsa. As equimoses podem ser tanto superficiais quanto profundas, e podem ocorrer em tecidos internos, incluindo vísceras.

E) Correto. A equimose pode ser classificada como petéquia, sugilação ou sufusão, dependendo de sua forma e distribuição.

Gabarito: Letra D.

62) As seguintes afirmativas, relativas à cronotanatognose, estão corretas, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) É a parte da Tanatologia que estuda a data aproximada da morte.
- B) Considera-se um resfriamento do cadáver, em nosso meio, de cerca de 0,5°C nas três primeiras horas e, a seguir, um decréscimo de temperatura de 1°C por hora até o restabelecimento do equilíbrio térmico com o meio ambiente.
- C) Como os fenômenos imediatos possuem valor relativo, pois baseiam-se em sinais que aparecem imediatamente após a morte e podem ser confundidos, os peritos devem esperar, em todos os casos, ao menos 12 horas após a morte para realizar a autópsia.
- D) O período entre a aparência de morte e o momento em que o sinal da parada respiratória e cardíaca se torna irreversível é chamado de Período de Incerteza de Tourdes.
- E) O resfriamento cadavérico depende das condições de temperatura ambiente: se o cadáver estiver mais frio que o ambiente, o ambiente esquentará o cadáver; se o cadáver estiver mais quente que o ambiente, haverá esfriamento.

Comentário:

CPP. Art. 162. A necropsia será feita pelo **menos seis horas** depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes desse prazo, devendo constar declaração nos autos.

Gabarito: Letra C.

63) O resultado da docimasia de Galeno é negativo no seguinte caso:

- A) início do estado de putrefação.
- B) fratura de clavícula com enfisema subcutâneo em toco-traumatismo.
- C) necessidade de ventilação artificial por IOT.
- D) afundamento completo do pulmão.
- E) inspiração após o parto.

Comentário:

A) Início do estado de putrefação.

Incorreto. A putrefação pode gerar gases nos pulmões, o que pode fazer com que flutuem, independentemente de ter havido respiração.

B) Fratura de clavícula com enfisema subcutâneo em toco-traumatismo.

Incorreto. Embora possa haver lesões, isso não impede necessariamente que o bebê respire após o nascimento.

C) Necessidade de ventilação artificial por IOT.

Incorreto. Mesmo com ventilação artificial, os pulmões poderiam conter ar e flutuar, resultando em um teste positivo.

D) Afundamento completo do pulmão.

Correto. O afundamento completo do pulmão no teste de docimasia de Galeno indica que os pulmões não contêm ar, sugerindo que o recém-nascido não respirou após o nascimento. Isso resulta em um teste negativo.

E) Inspiração após o parto.

Incorreto. Se houve inspiração após o parto, os pulmões conteriam ar e flutuariam, resultando em um teste positivo.

Gabarito: Letra D.

64) A morte produzida por intoxicação por monóxido de carbono, provoca alterações em algumas estruturas do corpo. Analise as afirmativas a seguir com relação às condições observadas na perinecropsia nesse caso.

I. Pele e mucosas apresentam cor carmim característica ou uma nuance levemente cianótica.

II. Espectroscopia mostrará as bandas de absorção características da carboxi-hemoglobina.

III. Pele corrugada em escroto, aréola mamária e pênis.

IV. Manchas de Tardieu nas serosas pleurais.

É correto o que se afirma em

A) I, II e III, apenas.

B) I, II e IV, apenas.

C) II e IV, apenas.

D) I e II, apenas.

E) I e IV, apenas.

Comentário:

I. Pele e mucosas apresentam cor carmim característica ou uma nuance levemente cianótica.

Correto. Uma característica marcante da intoxicação por monóxido de carbono é a coloração carmim das mucosas e da pele devido à formação de carboxi-hemoglobina, que dá uma cor vermelha brilhante ao sangue.

II. Espectroscopia mostrará as bandas de absorção características da carboxi-hemoglobina.

Correto. A espectroscopia pode ser usada para identificar as bandas de absorção específicas da carboxi-hemoglobina, confirmando a presença de monóxido de carbono no sangue.

III. Pele corrugada em escroto, aréola mamária e pênis.

Incorreto. Essa descrição não é típica de intoxicação por monóxido de carbono, mas sim de outros fenômenos cadavéricos ou situações.

IV. Manchas de Tardieu nas serosas pleurais.

Correto. As manchas de Tardieu, que são pequenas hemorragias puntiformes, podem ser observadas em casos de morte por asfixia, incluindo a intoxicação por monóxido de carbono.

GARANTA O PACOTE COMPLETO COM 50% DE DESCONTO: [CLIQUE AQUI!!!](#)

Gabarito: Letra B.

65) Armas brancas podem produzir feridas de diferentes tipos, a depender da atuação de outros componentes.

Quando a ferida é produzida por meio do deslizamento da lâmina sobre o tecido, seccionando vasos sanguíneos e causando hemorragia volumosa, ela é denominada

- A) contusa.
 - B) corto-contusa.
 - C) perfuro-contusa.
 - D) cortante.
 - E) perfurante.
-

Comentário:

A ferida produzida pelo deslizamento da lâmina sobre o tecido, seccionando vasos sanguíneos e causando hemorragia volumosa, é denominada ferida cortante.

Gabarito: Letra D.

Noções de Criminologia

66) A partir de 1994, sob a administração de Rudolph Giuliani como Prefeito de Nova York (EUA), implementou-se um modelo de política criminal com vistas ao policiamento ostensivo nas ruas e adoção de punições severas a contravenções e crimes menores. Este modelo veio a ser conhecido como

- A) Tolerância zero.
- B) Direito penal do inimigo.
- C) Política criminal atuarial.
- D) Direito penal mínimo.
- E) Populismo penal.

Comentário:

A política criminal implementada por Rudolph Giuliani como Prefeito de Nova York a partir de 1994 é conhecida como Tolerância Zero. Esta política defende uma abordagem de punição rigorosa e imediata para qualquer tipo de comportamento desviante, incluindo contravenções e crimes menores, com a ideia de que a repressão de pequenas infrações pode evitar a escalada para crimes mais graves.

Teoria das Janelas Quebradas (James Q. Wilson e George Kelling): é crucial sancionar até as pequenas incivildades, pois elas representariam apenas um sinal de uma degradação social mais ampla.

Lei e Ordem (Law and Order): movimento conservador, de natureza punitivista e retributiva, que surgiu na década de 1980.

Tolerância Zero: abordagem criminal rigorosa adotada por Rudolph Giuliani, prefeito de Nova York a partir de 1994.

Direito Penal do Inimigo: proposto por Günther Jakobs em 1985, defende que o Estado não deve tratar os inimigos como pessoas, para não comprometer a segurança dos demais cidadãos.

Política Criminal Atuarial: envolve o uso de métodos de previsão de risco, aplicando um sistema de "incapacitação seletiva" a grupos considerados perigosos.

Direito Penal de Emergência: resposta rápida a situações criminais específicas, envolvendo a promulgação de leis que criminalizam novas condutas ou reduzem garantias.

Direito Penal Simbólico: criação de normas criminais sem uma base criminológica sólida, com o intuito de acalmar ou satisfazer a opinião pública.

Direito Penal Promocional (político ou demagógico): utilização do Direito Penal como ferramenta para modificar realidades sociais e alcançar metas políticas.

Gabarito: Letra A.

67) “Fui na delegacia e falei com o tenente. [...] O tenente interessouse pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país.”

(JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014, p. 29)

No contexto do texto apresentado, é correto afirmar, quanto à formação da identidade criminosa das mulheres negras, que:

- A) o perfil criminoso será determinado exclusivamente pela classe social à qual pertence, não dependendo para o etiquetamento degradante a leitura social de questões relacionadas a gênero, raça/etnia ou proveniência geográfica;
- B) as mulheres negras são invisibilizadas quanto à intervenção policial no controle de seu comportamento, haja vista que, em razão de suas péssimas condições de sobrevivência, sempre se fizeram presentes às ruas e ao trabalho;
- C) a predominância da pobreza não influencia na formação da identidade criminosa das mulheres negras, pois basta a condição de descendentes de escravizadas;
- D) a predominância da pobreza é um dos cerne da identidade criminosa das mulheres negras, pois recairá sobre esta, em razão do estrato social a que pertence, forma determinante do perfil criminoso;

E) as mulheres negras são invisibilizadas quanto à intervenção policial no controle de seu comportamento, haja vista que sempre foram reguladas no âmbito doméstico, onde ficaram a serviço dos patrões.

Comentário:

Para responder a esta questão, é importante compreender como a sociedade constrói identidades criminais com base em fatores como raça, gênero, classe social e contexto socioeconômico. No trecho apresentado de "Quarto de Despejo" de Carolina Maria de Jesus, há uma reflexão sobre como as pessoas que vivem em favelas, particularmente mulheres negras, são vistas pela sociedade e pelas autoridades como mais propensas à criminalidade devido à sua situação socioeconômica.

Analisando as alternativas:

A) o perfil criminoso será determinado exclusivamente pela classe social à qual pertence, não dependendo para o etiquetamento degradante a leitura social de questões relacionadas a gênero, raça/etnia ou proveniência geográfica;

Incorreta. O perfil criminoso não é determinado exclusivamente pela classe social. Questões de gênero, raça/etnia e localização geográfica também influenciam significativamente como as pessoas são etiquetadas ou estigmatizadas.

B) as mulheres negras são invisibilizadas quanto à intervenção policial no controle de seu comportamento, haja vista que, em razão de suas péssimas condições de sobrevivência, sempre se fizeram presentes às ruas e ao trabalho;

Incorreta. Embora mulheres negras enfrentem muitas dificuldades, elas não são invisibilizadas em termos de controle policial. Pelo contrário, elas são frequentemente alvo de controle social e policiamento devido aos estereótipos associados à sua raça e classe social.

C) a predominância da pobreza não influencia na formação da identidade criminosa das mulheres negras, pois basta a condição de descendentes de escravizadas;

Incorreta. A pobreza é um fator que influencia a formação da identidade criminosa, especialmente quando associada a outros fatores como raça e gênero. A condição de descendente de escravizadas é um componente histórico que contribui para as desigualdades, mas a pobreza atual também é uma influência significativa.

D) a predominância da pobreza é um dos cerne da identidade criminosa das mulheres negras, pois recairá sobre esta, em razão do estrato social a que pertence, forma determinante do perfil criminoso;

Correta. A pobreza é um fator central na formação da identidade criminosa das mulheres negras, pois o estrato social ao qual pertencem frequentemente as coloca em situações de marginalização e estigmatização, influenciando como são percebidas e tratadas pelo sistema de justiça e pela sociedade.

E) as mulheres negras são invisibilizadas quanto à intervenção policial no controle de seu comportamento, haja vista que sempre foram reguladas no âmbito doméstico, onde ficaram a serviço dos patrões.

Incorreta. Mulheres negras não são invisibilizadas em termos de controle policial. De fato, muitas vezes são hipervisibilizadas como alvos de controle e policiamento devido a preconceitos raciais e socioeconômicos.

Gabarito: Letra D.

68) A teoria da subcultura delinquente

- A) possui as ferramentas explicativas do crescimento da criminalização das mulheres no Brasil contemporâneo.
 - B) oferece uma explicação generalizadora da criminalidade, abarcando a chamada criminologia verde (green criminology).
 - C) tem na construção de Albert Cohen o negativismo da conduta como um de seus elementos caracterizadores.
 - D) restringe seu objeto ao momento de criminalização primária.
 - E) expõe a dominação de classe como eixo central do sistema penal, com a imposição de uma cultura sobre a outra.
-

Comentário:

A teoria da subcultura delinquente, desenvolvida por Albert Cohen, explica o comportamento delinquente em termos de subculturas que surgem em resposta à frustração de status ou falta de oportunidades para alcançar objetivos socialmente aceitos. Segundo Cohen, os jovens, particularmente os de classes sociais mais baixas, podem formar subculturas que valorizam comportamentos que são diretamente opostos aos valores da sociedade dominante, como uma forma de lidar com a frustração e alcançar status dentro de seu próprio grupo.

Analisando as alternativas:

A) possui as ferramentas explicativas do crescimento da criminalização das mulheres no Brasil contemporâneo.

Incorreta. A teoria da subcultura delinquente de Cohen não se foca especificamente na criminalização das mulheres; sua análise é mais voltada para jovens de classes sociais mais baixas e não aborda diretamente a questão de gênero.

B) oferece uma explicação generalizadora da criminalidade, abarcando a chamada criminologia verde (green criminology).

Incorreta. A teoria da subcultura delinquente não abrange a criminologia verde, que se concentra em crimes contra o meio ambiente e questões ecológicas.

C) tem na construção de Albert Cohen o negativismo da conduta como um de seus elementos caracterizadores.

Correta. Albert Cohen argumenta que as subculturas delinquentes frequentemente adotam normas que são uma inversão dos valores da sociedade dominante. Este "negativismo" caracteriza o comportamento delinquente como uma reação contra os valores aceitos.

D) restringe seu objeto ao momento de criminalização primária.

Incorreta. A teoria da subcultura delinquente não se limita ao momento de criminalização primária; ela se concentra mais em como e por que subculturas delinquentes se formam como resposta à frustração social e ao bloqueio de status.

E) expõe a dominação de classe como eixo central do sistema penal, com a imposição de uma cultura sobre a outra.

Incorreta. Embora a teoria reconheça a influência das diferenças de classe, ela não se centra especificamente na dominação de classe como o eixo central do sistema penal, mas sim na formação de subculturas entre jovens de classes baixas.

Portanto, a alternativa correta é:

C) tem na construção de Albert Cohen o negativismo da conduta como um de seus elementos caracterizadores.

Gabarito: Letra C.

69) Considerando os tipos psicológicos de vítimas para Hans Von Hentig, analise o seguinte fragmento:

“É o indivíduo que se encontra em situação tão perdida que movimentos defensivos parecem impossíveis ou mais danosos que a lesão provocada pelo criminoso.”

O fragmento refere-se ao tipo psicológico

- A) solitário.
- B) depressivo.
- C) bloqueado.
- D) tormentoso.

Comentário:

O fragmento descreve um indivíduo que se encontra em uma situação tão desesperadora que qualquer tentativa de defesa parece impossível ou causaria mais danos do que a própria lesão provocada pelo criminoso. Esse tipo de comportamento e situação está associado ao conceito de alguém que está psicologicamente "bloqueado", ou

seja, incapaz de reagir ou se defender adequadamente devido a uma paralisia emocional ou mental diante do perigo.

Analisando as alternativas:

A) Solitário.

Incorreta. "Solitário" não descreve um estado psicológico que corresponde à paralisia diante de uma situação de perigo.

B) Depressivo.

Incorreta. Embora a depressão possa causar falta de reação ou apatia, o termo "bloqueado" é mais específico para descrever a paralisia emocional e mental frente ao perigo descrito no fragmento.

C) Bloqueado.

Correta. Este é o termo que melhor se encaixa na descrição do fragmento, referindo-se a uma pessoa que está tão psicologicamente paralisada que não consegue reagir de maneira defensiva, mesmo quando em perigo.

D) Tormentoso.

Incorreta. "Tormentoso" sugere uma condição emocionalmente agitada, mas não necessariamente a inércia ou paralisia emocional descrita no fragmento.

Gabarito: Letra C.

70) Após ser agredida por seu marido, Ana Cláudia busca auxílio em delegacia policial próxima a sua residência. Após narrar todo o ocorrido ao servidor responsável, ele afirmou que não parecia ser nada grave porque ela não apresentava nenhuma marca de lesão, sugerindo, em tom jocoso, que ela deveria voltar logo para casa porque "marido está difícil de encontrar". Diante disso a Cláudia deixa a delegacia de polícia sem realizar o registro de ocorrência pretendido. Dentro de uma perspectiva criminológica, os fatos hipotéticos acima narrados descrevem, respectivamente, as noções de:

- A) vitimização secundária e vitimização primária;
 - B) vitimização primária e vitimização terciária;
 - C) seletividade primária e vitimização primária;
 - D) vitimização primária e vitimização secundária;
 - E) seletividade secundária e vitimização secundária.
-

Comentário:

Para responder a esta questão, é importante entender os conceitos de vitimização primária, secundária e terciária:

Vitimização Primária: Refere-se ao dano ou lesão diretamente causado pela ação criminosa, como a agressão sofrida pela vítima.

Vitimização Secundária: Refere-se ao dano adicional que a vítima pode sofrer por parte de instituições ou indivíduos ao procurar ajuda, como a insensibilidade, descrédito ou falta de apoio demonstrado pelo servidor da delegacia policial no caso narrado.

Vitimização Terciária: Refere-se ao impacto indireto do crime ou da resposta institucional sobre a comunidade ou grupos sociais em geral.

Analisando o cenário descrito:

Primeiro Evento: Ana Cláudia é agredida por seu marido. Isso é um exemplo de vitimização primária, pois ela sofreu diretamente um dano físico e emocional devido à agressão.

Segundo Evento: Ao procurar ajuda na delegacia, o servidor policial faz comentários desdenhosos e não leva o caso a sério, levando Ana Cláudia a desistir de registrar a ocorrência. Isso é um exemplo de vitimização secundária, pois representa um dano adicional causado pelo tratamento inadequado e desrespeitoso por parte da instituição que deveria oferecer suporte e proteção.

Análise das Alternativas:

A) Vitimização secundária e vitimização primária;

Incorreta. Esta alternativa inverte a ordem correta dos eventos. O primeiro evento é um caso de vitimização primária, e o segundo, de vitimização secundária.

B) Vitimização primária e vitimização terciária;

Incorreta. A vitimização terciária refere-se a um impacto mais amplo sobre a sociedade ou comunidades, o que não é o caso aqui. O segundo evento é um exemplo de vitimização secundária, não terciária.

C) Seletividade primária e vitimização primária;

Incorreta. Seletividade primária não é um conceito aplicável aqui. A agressão sofrida por Ana Cláudia é um caso de vitimização primária.

D) Vitimização primária e vitimização secundária;

Correta. Esta alternativa descreve corretamente os eventos. A agressão por parte do marido é a vitimização primária, e o tratamento inadequado e desrespeitoso por parte do policial é a vitimização secundária.

E) Seletividade secundária e vitimização secundária;

Incorreta. Seletividade secundária não é um conceito aplicável neste contexto. O primeiro evento é um caso de vitimização primária, não seletividade.

Gabarito: Letra D.
